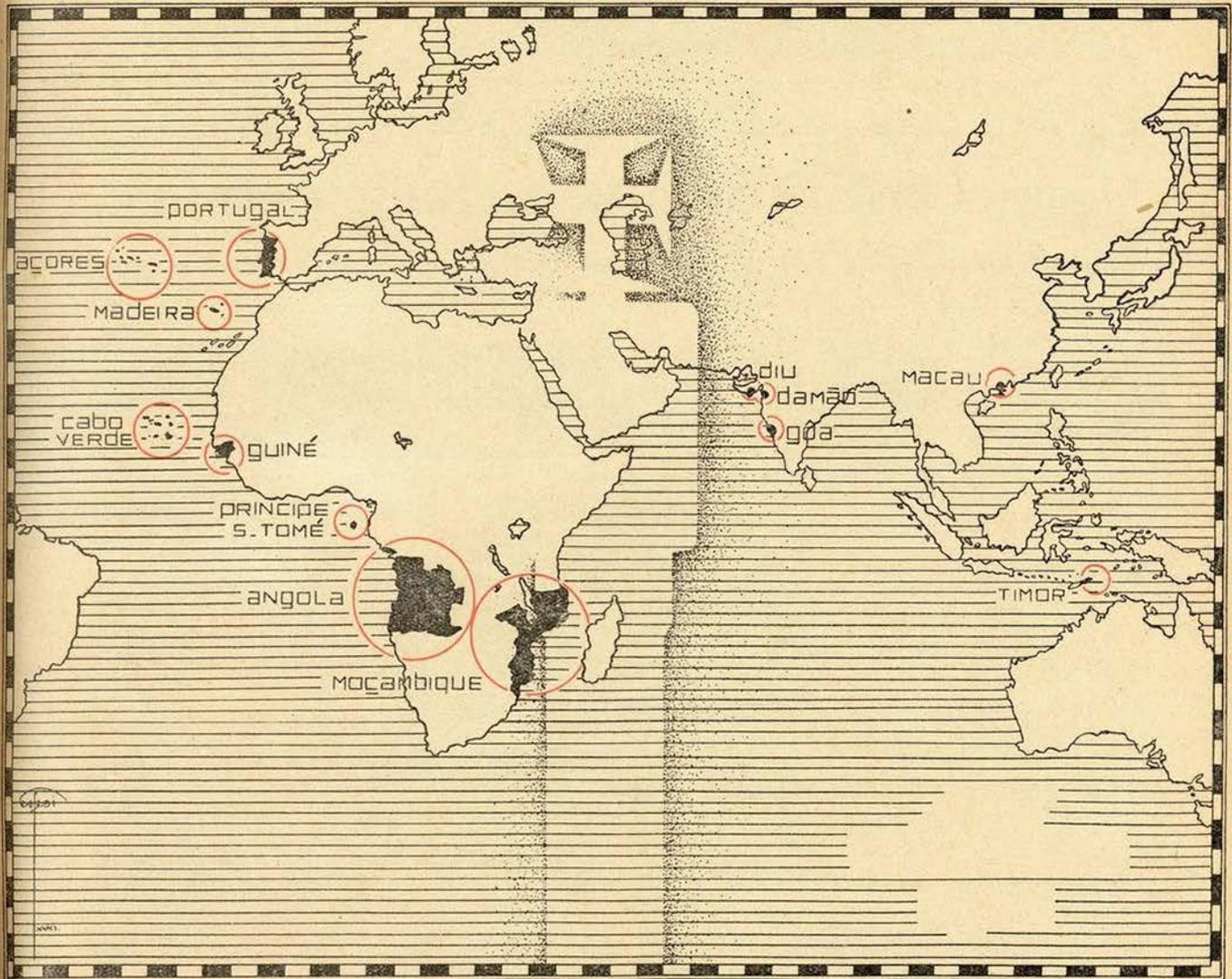


84

PORTUGAL COLONIAL

N.º 12

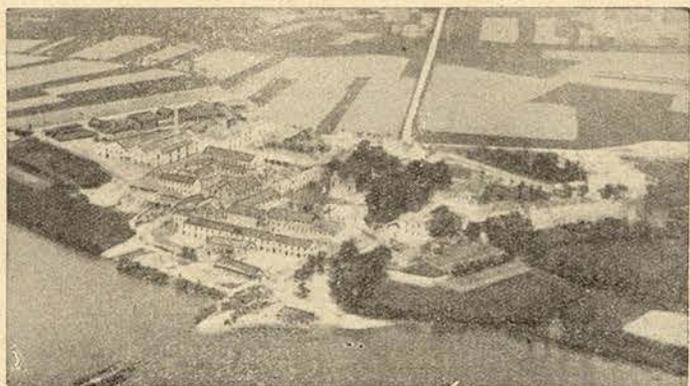
Fevereiro-1932



Revista mensal de propaganda e
expansão do Império Português

FABRICA DE PORCELANA VISTA ALEGRE — ILHAVO

AVEIRO



Armazens de venda

LISBOA—Largo do Chiado, 18

PORTO—Rua Cândido dos Reis, 18

Porcelanas de Arte
Porcelanas domesticas
Porcelanas para industria
e para electricidade

Sede: LISBOA—Largo da Biblioteca, 17

NOGUEIRA LIMITADA

INHAMBANE

TELEG. "JOCARFINO"—CAIXA POSTAL N.º 32

Agentes da:

Companhia Nacional de Navegação

UNION CASTLE

COMPANHIA DE SEGUROS

"A MUNDIAL"

e dos carros "HILLMAN"
e "HUMBER"

Transportes fluviais

Cargas e descargas

Padaria

FABRICA DE LOUÇA DE SACAVEM

FUNDADA EM 1850

A maior fabrica de ceramica fina da Peninsula

A louça de faiança é a mais resistente para uso diario.

Serviços de jantar

Serviços de chá

Padrões sempre novos e variados

Azulejos brancos e de côr indispensaveis para o asseio e higiene das cosinhas, quartos de banho, etc.

Lavatorios, bacias de retrete e bidets de variados tamanhos e modelos fabrico e aspecto inexcediveis.

MOSAICOS CERAMICOS

LISBOA

PORTO

126, Rua da Prata, 132

40, R. Carmelitas

Manteigaria Londrina

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — FORNECEDORES
DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

*Especialidade
em manteigas,
queijos e con-
servas. Variado*



*sortido em arti-
gos de Mantei-
ria, Vinhos, Lico-
res e Champagnes*

Domingues, Vasconcelos & Mesquita, Limitada

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 — Lisboa

Telephone: 2 7448

— U M B É B É —

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

**Farinha
Lactea**

NESTLÉ

**O melhor
alimento
para crianças**

Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa e todos os portos da Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

CARREIRAS REGULARES ENTRE TODOS OS PORTOS DA PROVINCIA

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E INHAMBANE •• SERVIÇO QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE, QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE, PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — Nogueira, Limitada

Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 39

Unico Fabricante
SALVADOR BARATA L.º
19-A-Rua das Escolas-19c
LISBOA

FLINTKOTE

Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Revestimento de superficies metalicas
Construções de Pavimentos Elasticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes e de canalisações, etc.

Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão

INSTALAÇÕES DE PINTURA A PISTOLA PARA

Automovels
Construções
Navios
Peleis de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:
BETHENCOURT BROS., LTD
Telefone 27332
Praça do Municipio, 13
LISBOA

AGENCIA DO NORTE: **SORIA, L.º**
Telefone 2508
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO

Comprimidos para evitar, para acalmar, para dissipar.

acidez, queimaduras, câimbras, inchação do abdomen, vomitos, digestões dificeis.

DIGÉRONAL

Produto CHATELAIN

À venda em todas as farmacias
Depositários para Portugal e Colónias:
ANTÓNIO SERRA, LIMITADA
CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA, 93

Caixa Postal N.º 142

LISBOA

Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Província de Angola por concessão do respectivo Governo

Séde Social: LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º — Teleg.: DIAMANG
Escritórios em BRUXELAS, LONDRES e NOVA YORK

Presidente do Conselho de Administração
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Presidente dos Grupos Estrangeiros
Mr. Jean Jadot

Administrador-delegado — *Ernesto de Vilhena*

Representação e direcção Técnica em Africa

Representante — *Coronel António Brandão de Melo*
Caixa Postal 347 — Teleg.: DIAMANG — LUANDA

Engenheiro-consultor
Mr. H. T. Dickinson
DUNDO — LUNDA

Director técnico
Mr. L. J. Parkinson
DUNDO — LUNDA

A Tinta de Esmalte

e os

Vernizes

são preferidos por todos os bons pintores

PELA

superior qualidade
beleza do seu brilho
sua duração
economia do seu preço



JAPONIKA

ADOPTADOS PELOS:

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO, HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA, SANATORIOS,
CONSTRUÇÃO CIVIL E TODAS AS GRANDES EMPRESAS DO PAÍS

À VENDA EM TODAS AS BOAS DROGARIAS

Agente geral para Portugal e Colónias: A. SEQUEIRA LOPES

Rua dos Correios, 53, 3.º — LISBOA

Telefone: 2 2582 — Telegramas: JAPONICA

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

ESCRITÓRIO EM LISBOA — RUA DE S. JULIÃO, 23, 1.º

Endereço Telegráfico: VOUGA

Comércio Geral, Agricultura, Pecuária e Indústria

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}

(Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no **BENTIABA**

(Fazenda Algodoeira da PUPA)

Exportadores de gado bovino e peixe sêco

Representantes nos distritos da Huila e de Mossâmedes de:

Vacuum Oil Company

Fábrica de Tabacos Ultramarina

Automóveis e camions "FORD"

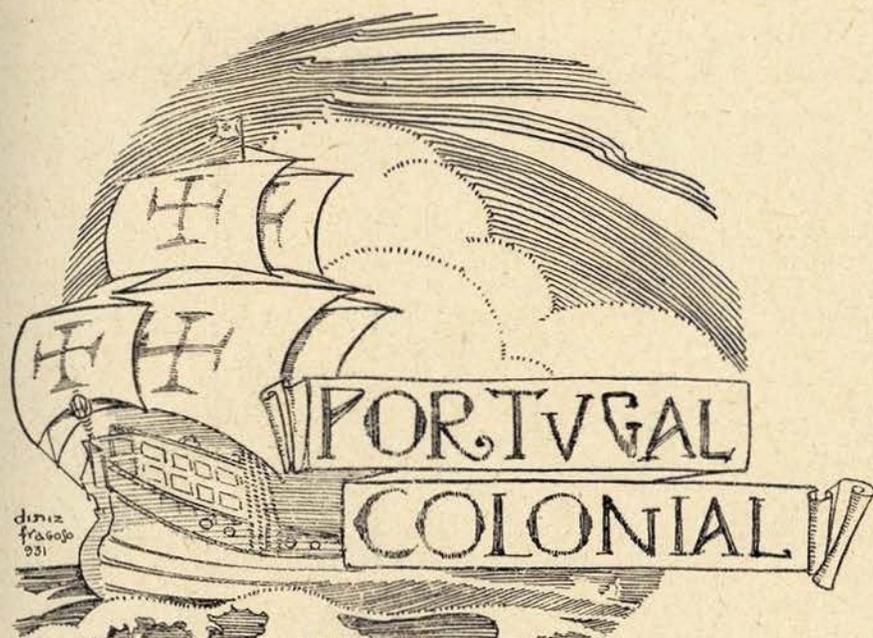
Máquinas de escrever "REMINGTON"

Representantes no distrito da Huila de:

BURRELL & C.º

Companhia de Seguros "TAGUS"

Lotarias de Angola



Revista de propaganda
e
expansão colonial

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
REDACTOR-PRINCIPAL
J. DA FONSECA FERREIRA
EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3500
Colónias..... 4500
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18500
Colónias (6 meses)... 24500

COMPOSTO E IMPRESSO
OTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura

Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
**Agostinho
de
Campos**

UM dos graves defeitos da educação nacional, defeito comum a Portugal e em maior ou menor grau a tôdas as nações latinas, é a distância a que a escola, e a mocidade dentro ou fora desta, vivem da natureza, da acção objectiva, do ar livre, dos mais espontâneos e naturais exercícios físicos.

No seu recente e bellissimo livro, Dificuldades étnicas e históricas da insinuação do nacionalismo na arte portuguesa contemporânea, diz muito bem Jaime de Magalhães Lima que a predilecção constante do latino «é o homem, não e a natureza exterior àquela que no homem pulsa e se contém; a sua preocupação constante não refere o homem à natureza, refere a natureza ao homem».

Prosseguindo, observa ainda o mesmo illustre escritor: «Que o digam as nossas escolas e os rapazes que lhes povoam as aulas. Por fortuna lá se achará um entre mil, com propensão ou vocação naturalista arraigada; é avis rara no ajuntamento quem por prazer se absorva a examinar as pedras, as flores e os insectos, quem se extasie na revelação das suas misteriosas harmonias e se quede a sondá-las. Tarefas desta espécie, para a juventude escolar do nosso país são um encargo e um enfado, que a tirania dos exercícios e das provas regulamentares do curso lhe impõe... Para a nossa gente, o naturalista, onde por milagre a sorte o inventa, é considerado ser de excepção — um excêntrico, um curioso, muito feliz quando não topar com o sorriso desdenhoso dos homens práticos que o reputam maníaco».

Ora muito bem: esta negação congénita não é só uma dificuldade para que a arte portuguesa se nacionalize. Muito pior do que isso, é preciso ver nela uma das causas das nossas misérias collectivas.

Em vez de coibi-lo, a escola portuguesa de todos os graus agrava o defeito ou pendor; e

convém pensar se o papel de povo colonizador convém a uma gente que não sabe viver senão entre livros e homens, esquinas e praças, fugindo dos campos. Um mundo virgem que se possui como quinta enorme a desbravar para lhe tirar o fruto e a riqueza exige outra casta de predilecções e costumes. E, além disto, a vida excessivamente artificial e urbana envelhece a juventude no pior sentido, que é o de desmoralizá-la, formando-a mais para o scepticismo, a negação, a crítica precoce, o cansaço e a apatia, do que para a ingénua e fresca bravura da iniciativa e do empreendimento.

E não nos consolemos nem absolvamos com a idéa e a desculpa de que somos latinos, e não há volta a dar-lhe. Há um ano formou-se em Paris a Liga francesa pour les Auberges de la Jeunesse — literalmente: dos Albergues para a Juventude. Nesta Liga nova cooperam como dirigentes um príncipe católico, o cardinal Verdier; um chefe espiritual israelita, o grão-rabino Germano Levy; um protestante, o pastor Vilfredo Monod; uma poetisa famosa, a condessa de Noailles; um arquiduque socialista, o sr. Alberto Thomas; e um grão-duque sindicalista, o sr. Jouhaux. Estes senhores tão variados, se fôsem portugueses, andariam com certeza a estas horas aos pontapés uns aos outros, na melhor hipótese. Em França reuniram-se e trabalham juntos numa obra patriótica.

Vejamos, traduzindo um cronista, a que mira essa obra: «A mocidade, acusada de querer passar muito depressa por tôda a parte, o que pretende é peregrinar livre e alegremente. Saco às costas, pau na mão, com os tacões a baterem na estrada, surge o cortejo ou o enxame dos conquistadores do desconhecido. É a energia nova à procura de emprego. Olhos claros, frentes ousadas, arcaboços fortes, aí vão os assaltantes da realidade, que triunfarão por força, porque têm o privilégio de acreditar que todos os dias são belos. . . Mas, era preciso secundar o seu impulso, poupando-lhes os inconvenientes da imprevidência. E, para isso, tratou-se de arranjar-lhes aqui e ali (nas estradas da França) abrigos onde possam dormir por dois ou três francos e cozinhar êles próprios as suas refeições. Êsses albergues da juventude devem espalhar-se por todos os recantos agrestes da França; e os promotores da Liga pedem a todos os franceses sérios que os ajudem a oferecer assim, em tôdas as nossas regiões, uma hospitalidade sumária aos franceses risonhos, para quem as excursões a pé constituem o mais saudável dos divertimentos. . .»

Com a definidora nitidez francesa já se chama a isto o excursionismo lento, por contraste com

o vício do automóvel, cuja única luxúria é. . . a gula quilométrica. No fim de contas há ali uma modalidade do escotismo. E com esta palavra regressamos já, depois de uma rajada mental de ar livre pelos sítios agrestes da França, à tepidez parada e confinada das esquinas de Lisboa:

Não é fácil crer que em qualquer país do mundo a genial invenção de Baden-Powell tenha tido menos êxito e menos irradiação que em Portugal. Criada por um colonial, com intuito colonial, a beneficio do maior império colonial do nosso tempo, a instituição dos boys-scouts conquistou a terra tôda, como era de esperar do certíssimo tino pedagógico revelado na sua criação. Mas entre nós vejeta, esmagada entre a sucção das crianças pelos tentáculos do ensino livresco, e o medo ao ridículo, que assalta o portuguesinho valente, janota e fino, logo aí por alturas dos seis ou sete anos de idade. Mas ¿será ainda valente, o portuguesinho janota e fino? . . .

A pergunta aí fica, para entretimento dos estudantes de costumes, queremos dizer: de maus costumes. Mas já concluiremos na fé de que talvez ainda valha a pena lutar.

¿Não se poderá, por exemplo, reunir um grupo de gente fina que ponha em moda, como coisa muito fina, o contacto dos rapaziños finos com o ar livre? O portuguesinho valente do futuro só acha fino, por enquanto, sirandar pelo Chiado, impedindo o trânsito, mal se apanha sôlto das aulas. E é possível que a sua futura valentia se esteja assim evaporando antes do tempo.

O ponto é estabelecer que a coisa é fina, porque só com êsse açúcar é que se podem apanhar as nossas moscas. A capa-e-batina coimbrã generalizou-se em Lisboa, porque se tornou fina — relativamente, é claro. Não é preciso ter raios X nos olhos para se perceber que muitos dos que a trazem se sentem promovidos, e que outros a evitam por superioridade.

O enxoval do escoteiro é que não conseguiu tornar-se fino, e assim faz-se preciso inventar outra coisa para atingir outras camadas.

Ao Núcleo de Propaganda Educativa, que há dias nos procurou, oferecemos esta meditação; e todos os que interessam no desenvolvimento das nossas colónias estarão de acôrdo conosco em que um país colonial precisa de ter uma pedagogia colonial, a não ser que prefira ficar hóspede nos seus próprios domínios, e ver instalados nêles os que da natureza e do mundo conhecem mais alguma coisa do que as esquinas das cidades.

COMPLETA, com o presente número, um ano de vida a revista *Portugal Colonial*. Não vamos lançar sobre o acontecimento girândolas de foguetes nem reclamar do mundo a gratidão e o espanto.

Entendemos apenas, por não ser banal entre nós, tão longa resistência às dificuldades do meio, que podemos, com mais satisfação do que orgulho, fazer uma referência especial ao facto de ter conseguido viver durante um ano, uma publicação dum género que, em geral, não costuma ir além do 3.º número.

Cumpriu a *Portugal Colonial*, rigorosamente, durante estes primeiros doze meses da sua existência quanto prometeu no seu primeiro número: «*Contribuir, na medida das suas possibilidades e com a pureza das suas intenções, até onde consiga realizá-las, para o restabelecimento dum sentido colonial que não pode ser prerrogativa dum grupo sem unidade, mas que tem de ser bussola e facho de quantos são alumados pelo sol do Império Português. Para tanto procurará, longe de toda a política inferior e de todos os interesses ilegítimos fazer a propaganda das nossas colónias, pugnar pela formação duma hierarquia de valores, animar as gerações novas em que é preciso recrutar urgentemente elites coloniais, agitar e estudar os problemas que interessam às colónias, acolher e orientar todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decididas, finalmente, procurará prestar ao País cujas forças morais é preciso levantar, o serviço de o convencer de que na coordenação da política económica das colónias, com a política económica da Metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar e—mais ainda—da nossa missão imperial*».

Os nossos leitores sabem que cumprimos o que prometemos.

Nunca nesta revista se negou a defesa de qualquer ideia nacional ou se aceitou a prosa de qualquer interesse ilegítimo. Encarámos todos os problemas, objectivamente, no seu aspecto superior, e nunca eles foram tratados senão independentemente das pessoas e da política inferior. Recolhemos todas as ideias elevadas, fôsse qual fôsse a sua origem. Animámos os novos e procuramos dar-lhes um lugar de relevo entre os nossos colaboradores. Defendemos e pugnamos pela harmonia entre as Colónias e a Metrópole. Mantivemos, enfim, número a número a ideia, o plano e o espírito com que esta revista foi fundada.

Que o nosso esforço foi compreendido demonstra-o a expansão cada vez maior da *Portugal Colonial*, a simpatia com que tem sido recebida em todos os sectores e a preciosa colaboração que conseguimos alcançar.

Não há motivo para orgulho, mas há, de facto razão para estarmos satisfeitos. *Portugal Colonial* é hoje a única revista portuguesa de assuntos coloniais publicada por particulares e—conseguiu viver um ano.

Como no primeiro número repetimos: Não sabemos por quanto tempo se prolongará ainda a sua vida e como venceremos as dificuldades que dia a dia surgem ante esforços desta natureza. Simplesmente, no limiar dum segundo ano de vida a ideia que a domina e o espírito que a dirige é o mesmo: Ser uma publicação colonial para servir o Império—

UM ANO DE VIDA

uma publicação feita para uma Política clara e para um ideal nacional.

O êxito que a nossa revista alcançou devemos-lo exclusivamente aos nossos colaboradores. Nestas páginas, durante um ano, colabora-

ram desinteressadamente os nomes mais ilustres do colonialismo português. Entre eles o director da *Portugal Colonial* não foi mais que um paginador—um arrumador de colaboração.

Esta étape impõe, por consequência, que a todos os que nos auxiliaram e deram a esta revista o prestígio dos seus nomes, do seu saber e do seu talento, enderecemos os mais calorosos agradecimentos—e, se triunfo existe neste esforço dum ano, todos os seus flôres.

HENRIQUE GALVÃO.

Os nossos colaboradores

Durante o primeiro ano da sua existência colaboraram na *Portugal Colonial*, pela ordem em que os seus artigos foram publicados:

—*Dr. Armindo Monteiro*, Professor da Faculdade de Direito, Ministro das Colónias.

—*Dr. Agostinho de Campos*, Escritor, Professor e jornalista.

—*Brigadeiro João de Almeida*, Antigo governador da Huila e de Cabo Verde, antigo Ministro das Colónias, herói da ocupação militar de Angola.

—*Coronel Lisboa de Lima*, Professor da Escola Superior Colonial, antigo Ministro das Colónias.

—*José F. Ferreira Martins*, Escritor e publicista, antigo director da Imprensa Nacional de Luanda.

—*Dr. Abel Pratas*, médico veterinário, director da Estação Zootécnica do Sul.

—*Dr. J. da Fonseca Ferreira*, licenciado em ciências económicas e financeiras pela Universidade Técnica, finalista do Curso Superior Colonial, director dos Serviços de Admnisiração Civil do Distrito de Inhambane.

—*Venâncio Guimarães*, Comerciante e industrial em Angola.

—*Henrique de Paiva Couceiro*, antigo governador geral de Angola, herói da ocupação militar de Angola e Moçambique.

—*Dr. Francisco Machado*, Advogado e economista.

—*Tenente-Coronel Júlio Garcez de Lencastre*, antigo secretário do govêrno e chefe do Estado Maior de Timor, Presidente da Associação Académica dos alunos da Escola Superior Colonial.

—*Capitão António Caria*, diplomado com o curso Superior Colonial.

—*E. E. Góis Pinto*, antigo inspector de Fazenda em Moçambique e Macau; antigo secretário provincial de Finanças de Angola.

—*Lopo Vaz de Sampaço e Mello*, professor cate drático de Política Indígena, na Escola Superior Colonial.

—*Tenente Simões da Mota*, aluno laureado da Escola Superior Colonial.

—*Dr.ª Esther Gil Nobre*, escritora.

Moçambique perante a Metrópole

Velhos êrros e preconceitos sôbre Moçambique—O desconhecimento que lava em Portugal sôbre a colónia—Realidades que a Metrópole desconhece.

POR

MANUEL SIMÕES VAZ

Capitão de cavalaria
Director do jornal «Notícias» de Lourenço Marques e colonialista

A Colónia de Moçambique, ou por se encontrar mais longe do que as outras colónias de África, ou por não dar tantas preocupações à Metrópole, vivendo uma vida relativamente desafogada embora de vez em quando com as suas dificuldades, e grandes, como no momento presente, é pouco conhecida em Portugal.

Poderia citar inúmeros factos que comprovam cabalmente esta afirmação, mas basta citar dois que recentemente me caíram sob os olhos.

Num compêndio de Geografia Elementar para o ensino oficial, datado de 1929, faz-se esta afirmação extraordinária: «O atrazo agrícola de Moçambique deve-se ao Convénio com a União Sul Africana, que nos levava todos os anos para as minas da Rodésia grande número de braços».

Como se o convénio com a União Sul Africana tivesse alguma coisa que ver com as minas da Rodésia!

Num mapa de África exposto actualmente na montra de uma livraria de Lisboa, indica-se como principal produto de exportação de Moçambique, o arroz. O arroz, de que não se exporta um grão, e

que é, pelo contrário, um artigo que pesa grandemente nas importações da Colónia!

É certo que por vezes aparecem nas colunas dos jornais de Lisboa artigos sôbre a nossa colónia da África Oriental, mas esses artigos nem sempre são desapaixoados, não sendo difícil ver em muitos deles certos propósitos a que não são estranhos o interesse, o despeito ou a animadversão, havendo outros em que os problemas se encaram por um ponto de vista muito pessoal e por consequência muito discutível.

A própria citação de números estatísticos se pode prestar a erradas interpretações. O seu significado pode ser facilmente desvirtuado. Para se tirarem deles conclusões contrárias ao que êles dizem na sua simplicidade, basta compará-los com outros referentes a um determinado ano, em lugar de se compararem com os do ano anterior ou com os dos cinco ou dez anos anteriores, ou basta mesmo citá-los incompletamente.

Se se disser que um vapor se afundou e que no naufrágio morreram dez pessoas, a importância do desastre muda de aspecto conforme o número de indivíduos que nêle navegavam. Se eram mil, o número de vítimas foi apenas de um por cento; se eram dez, elevou-se a cem por cento.

Mas ainda a propósito do significado dos números estatísticos poderei referir o caso muito conhecido de certa epidemia ter causado numa povoação cem por cento de vítimas. Esta proporção aterradora queria apenas dizer que a única pessoa da povoação que havia sido atacada pela doença epidémica tinha morrido, havendo no entanto nessa povoação centenas de habitantes que nem sequer tinham sido

—Dr. Francisco Leite Duarte, vice-governador do Banco de Angola, advogado.

—José Chagas Roquette, comercialista.

—Américo Baptista de Sousa, funcionário da Colónia de Moçambique; aluno da Escola Superior Colonial.

—Dr. Carlos Carneiro, médico veterinário, delegado de Sanidade Pecuária em Mossamedes, jornalista colonial.

—Francisco Alves de Azevedo, diplomado com o Curso Superior Colonial.

—António Tôres de Souza, aluno laureado da Escola Superior Colonial.

—Tenente-Coronel A. Leite de Magalhães, antigo secretário geral de Angola, antigo governador geral da Guiné.

—Comandante Henrique Corrêa da Silva, antigo Ministro das Colónias, antigo governador colonial, chefe do Departamento Marítimo de Angola.

—Teófilo Luarte, antigo governador de Cabo Verde e Timor.

—José Manoel da Silva, funcionário do quadro administrativo de Moçambique.

—Dr. Joaquim Bensaude, engenheiro, historiador.

—Conde de Penha Garcia, director da Escola Superior Colonial, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Vice-Presidente do Instituto Colonial Internacional, membro da Comissão dos Mandatos na S. D. N., antigo ministro.

—Dr. José de Figueiredo, director do Museu Nacional de Arte Antiga.

—Dr. A. Rita Martins, professor catedrático de Higiene na Escola Superior Colonial, antigo assistente na Faculdade de Medicina de Lisboa.

—Dr. Augusto Cunha, advogado, escritor.

—Artur de Melo e Niza, economista.

—Dr. José Gonçalo Santa Rita, professor da Universidade de Lisboa e da Escola Superior Colonial.

atacados pela doença. Ainda não há muitos dias vi numa entrevista sobre a Colónia de Moçambique, publicada num jornal de Lisboa, a citação de números estatísticos que levam a ilações erróneas.

Tratando-se do movimento comercial entre essa Colónia e a Metrópole diz-se que *tudo há a fazer visto ser insignificante e decadente o que está feito*. E a comprovar esta afirmação citam-se números estatísticos. «A importação da Metrópole na Colónia em 1927, disse o entrevistado, representava 14,52 % do volume total da importação, tendo baixado em 1930 para 14,24 % e a exportação da Província para a Metrópole era em 1927 de 15,84 % da exportação total tendo baixado em 1930 para 15,24 %».

Quanto à primeira que é a que mais interessa ao comércio e à indústria de Portugal, os números citados ficam com um diferente significado se se disser que a Colónia importou da Metrópole artigos num valor sucessivamente maior, e, como nesse período embarateceram, o seu volume foi também maior. Assim as importações foram, em escudos ouro:

1927.....	1.671.757
1928.....	1.845.773
1929.....	2.136.092
1930.....	2.271.891

Quanto às exportações, também se escolheu o número referente a 1927 para termo de comparação, porque é em referência a ele que o de 1930 mostra a descida que se pretende frisar.

As percentagens do valor da exportação para a Metrópole, foram nos últimos quatro anos as seguintes:

1927.....	15,84
1928.....	13,26
1929.....	12,00
1930.....	15,24

Como se vê por estes números a percentagem referente a essa exportação, tendo tido uma grande baixa em 1929, aumentou depois fortemente. Da mesma forma o valor dela tendo diminuído bastante de 1927 para 1928 e de 1928 para 1929, subiu novamente em 1930, o que é patenteado pelos números seguintes expressos em escudos ouro:

1927.....	1.287.854
1928.....	1.150.334
1929.....	1.009.583
1930.....	1.071.705

Mas não basta analisar os números. É preciso simultaneamente observar os fenómenos económicos que se deram nos anos a que eles correspondem. Sem isto a sua interpretação pode ser errada.

Exactamente nesse período de quatro anos surgiu e agravou-se a crise económica que hoje é a preocupação de todo o mundo, e o valor dos produtos desceu de uma forma assustadora. Assim, tendo, durante esse período, baixado o valor da exportação para a Metrópole, as quantidades exportadas aumentaram gradualmente e de uma maneira considerável.

Como o principal produto dessa exportação é

o açúcar, basta citar os números referentes a ele para comprovar a afirmação feita. E os números são estes:

	Quilos	Valor em escudos ouro
1927.....	17.132.003	906.755
1928.....	22.007.914	937.631
1929.....	22.073.351	749.562
1930.....	40.404.700	818.091

Todos os números que acabo de transcrever e que são tirados das estatísticas oficiais, mostram que a Colónia tem, contrariamente ao que se diz nessa entrevista, comprado cada vez mais à Metrópole, e vendido para ela produtos em quantidades sucessivamente maiores.

Quere isto dizer que não é possível aumentar mais o intercâmbio comercial com a Mãe Pátria? De forma nenhuma. Esse aumento é não só possível mas desejável, e por ele tenho pugnado várias vezes na Imprensa Colonial.

Se isso, porém, se não tem conseguido de uma forma mais animadora, a culpa pertence única e exclusivamente à Metrópole. Na Colónia tem-se feito tudo que é possível fazer, e tem-se até, nalguns casos, ido longe de mais. Os produtos metropolitanos têm em Moçambique uma protecção pautal de 50 por cento. Esse benefício, contudo, não tem sido aproveitado convenientemente pelos industriais e exportadores portugueses, que ainda não fizeram um estudo sério do mercado moçambicano, nem procuraram conquistá-lo enviando-lhe aquilo que ele deseja e não tentando impingir-lhe aquilo que ele não quere.

Fabricam-se hoje em Portugal muitos artigos que facilmente poderiam ser colocados naquela nossa colónia, se os fabricantes seguissem uma orientação mais prática e mais comercial. Muitas vezes a simples apresentação do artigo, com um empacotamento mais cuidado, seria o suficiente para o lançar com vantagem no mercado.

Que eu saiba até hoje, e muito recentemente, só a indústria de tecidos de algodão e a de calçado, fizeram um esforço sério e persistente para a conquista do mercado de Moçambique, e estou certo de que os resultados obtidos, que já são grandes, serão cada vez maiores.

No que respeita à exportação, ainda a culpa pertence à Metrópole. Embora exista uma lei que determina que aos produtos da Colónia seja também concedida em Portugal uma protecção pautal de 50 por cento, estabelecendo-se assim um legítimo princípio de reciprocidade, esse benefício ainda não foi concedido em toda a sua extensão.

Um exemplo frisante é o que se dá com o tabaco. Na Colónia ha regiões em que é possível produzir tabaco de magnífica qualidade e na quantidade que se quizer. Na Colónia ha fábricas que apresentam no mercado interno cigarros e tabacos picados magníficos, com empacotamento esplêndido, produtos que são altamente apreciados por todos os que visitam essa colónia.

Pois bem, pelo simples facto de esse produto moçambicano, contrariamente ao estabelecido na lei, não ter a mínima protecção pautal em Portugal, não é para aqui exportado nem um pacote de cigarros!

Hoje que todos os produtos da terra de Moçambique têm cotações ruinosas e que toda a agri-

cultura está em crise, a cultura do tabaco, se para elle fôsse possível a colocação em Portugal, seria uma nova fonte de riqueza e o ressurgir da esperança para muitos agricultores que a têm completamente perdida.

A protecção pautal para esse tabaco representaria um sacrifício de receitas para a Mãe Pátria, mas esse sacrifício seria largamente compensado por uma maior prosperidade de Moçambique, pela abertura de novos campos de actividade e por uma maior colonisação, de que Portugal também viria a beneficiar em grande escala.

Um outro factor que dificulta o aumento do inter-câmbio a que nos referimos, encontra-se no custo elevado dos fretes marítimos, o que também depende da Metrópole.

* * *

Comecei este artigo por me referir ao desconhecimento que em Portugal existe da Colónia de Moçambique. Esse desconhecimento chega a fazer impressão. Uma ideia que está largamente espalhada, mesmo entre as classes mais cultas, é a de que a Colónia de Moçambique está desnacionalizada, sendo Lourenço Marques uma cidade com uma grande população inglesa, em que só se fala inglês e em cuja vida os ingleses exercem uma bem definida influência.

Nada mais falso e mais irrisório. Muito pelo contrário, Lourenço Marques, está-se nacionalizando cada vez mais. Ao passo que a população inglesa vai diminuindo e tomando a feição de flutuante, a população portuguesa vai aumentando e tornando-se fixa.

Muito especialmente depois da guerra este movimento vincou-se com mais intensidade.

Antigamente, digamos há 30 ou 35 anos, quem ia para as colónias, aparte os militares, os missionários, alguns funcionários e uma ou outra pessoa que constituíam honrosas excepções, eram indivíduos que ou haviam fracassado em Portugal ou não tinham aptidões para vencer na terra natal. Nessa altura a população portuguesa tinha carácter flutuante. A preocupação geral era amealhar uns vintens, completar o tempo de *desterro* e regressar à Mãe Pátria para não voltar a terras de África.

É certo que muitos, muitíssimos, lá ficaram sepultados, nunca tendo visto realizado o seu sonho, e outros, embora poucos, conseguiram resistir à inospitalidade do clima e ainda hoje vivem como padrões que atestam as qualidades da raça, pioneiros que são um honroso exemplo do poder colonizador dos portugueses e que ajudaram com o seu esforço a fazer o que a Colónia de Moçambique é hoje.

A regra geral, porém, era chegarem, *encherem a cantarinha* o mais rapidamente possível e tomarem barco para Portugal.

Os ingleses e os boers, atraídos a Lourenço Marques pela importância que o porto tomara depois da construção da linha férrea para o Transval, tinham pelo contrário o espírito de fixação. Na cidade montaram as suas casas de comércio e para ela levavam a sua família.

Estas diferentes tendências radicaram-se à medida que a cidade se foi desenvolvendo, e uma época houve em que em Lourenço Marques o mais importante comércio estava nas mãos de estrangeiros que

se haviam fixado, mudando constantemente a população portuguesa.

Nos últimos vinte anos a mentalidade dos portugueses que iam para a Colónia de Moçambique modificou-se muito, e, especialmente depois da guerra, uma maioria dos que têm procurado aquela Colónia e em particular Lourenço Marques, vão na idea de a tornarem sua segunda Pátria.

Este facto compreende-se. A capital de Moçambique não é hoje o que era há 40 anos — duas ou três ruas de areia, umas dúzias de casas e um pântano que alimentava mosquitos que causavam febres mortíferas.

Hoje é uma cidade grande, com avenidas largas, com casas magníficas, com praia de banhos, com divertimentos, com todo o conforto e comodidades que tornam agradável a vida. Por outro lado a existência em Portugal tornou-se mais difícil.

Em 1900, o falecido general Machado, nomeado pela segunda vez Governador Geral, declarou publicamente que Lourenço Marques era uma terra em que não podiam viver crianças brancas. Era a idea predominante nessa época. Pois hoje a população infantil da cidade deve exceder duas mil crianças, a maior parte delas ali nascidas e criadas.

Com este aumento da população portuguesa e com a tendência cada vez mais definida para a fixação, o comércio começou a passar para a mão de nacionais, e as firmas estrangeiras viram-se na necessidade, para poderem manter o seu negócio, de admitir empregados portugueses tendo até algumas delas confiado a gerência a portugueses.

Por outro lado como a quasi totalidade dessas firmas são agências ou sucursais de firmas importantes com a sede em Joanesburgo, no Cabo ou em Durban, e outras sucursais nas diferentes cidades da África do Sul e até da Rodésia os gerentes e os guarda-livros são em regra periodicamente deslocados para outras cidades, o que dá actualmente à população inglesa a característica de flutuante.

Pode dizer-se com verdade que hoje existem em Lourenço Marques meia dúzia de famílias inglesas que se fixaram, havendo centenas de famílias portuguesas nessas condições.

Mas há mais. Há presentemente naquela cidade dezenas e dezenas de rapazes e raparigas entre 12 e 20 anos, já não falando nos de menos idade, para quem a sua terra é aquela, porque ali cresceram e foram educados, porque ali têm as suas relações e os seus amigos, porque ali querem ganhar a sua vida, contrair família, envelhecer e morrer.

São esses exactamente que firmam a nacionalidade portuguesa — é para elles que é preciso olhar e é do seu futuro que é necessário cuidar.

Diz-se em Portugal que Lourenço Marques está desnacionalizada, está inglesada. Não está. Numa população de cerca de 20.000 almas, entre europeus e asiáticos, há apenas, pelo censo de 1928, 758 britânicos, sendo 386 homens e 372 mulheres, entre os quais numerosas crianças.

Não está desnacionalizada; mas pode desnacionalizar-se, se em Portugal não se olhar muito atentamente para o problema. E pode desnacionalizar-se, não pelo recrudescimento da immigração inglesa, que não considero possível, mas pelo desprendimento das camadas novas pela idea de Portugal.

O sr. Padre Vicente do Sacramento num artigo muito interessante que publicou no número do Natal

Projecto de Fomento Geral d'Angola,

por colaboração do Estado com as iniciativas particulares
unificadas sob a forma de Companhia

Por HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO

Antigo Governador Geral de Angola

(Continuação do n.º 11)

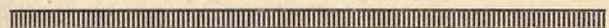
VII

Explorações em vista

Preambulo

Tendo, a presente exposição, por fim definir, em termos positivos, os caminhos immediatos, que nos parecem proprios para melhorar a situação d'Angola, não a terminaremos sem indicar, — além d'aquellas a que atraz aludimos, — algumas outras produções, a que a Companhia poderá talvez, com maior ou menor vantagem, dedicar a sua atenção. Claro está, que o custo dos transportes poderá acaso bloquear um ou outro dos artigos a que vamos referir-nos, apesar do seu possível valor mercantil. São questões para estudo.

Diz-se, no entretanto, que a Província é rica. Expressão vaga que, para evitar confusões com a poesia, pede definição mais concreta. N'este sentido se escrevem as palavras que seguem. Limitam-se ellas a uma resenha sumaria, pois nem é aqui logar proprio para detalhes technicos, nem nós os competentes para isso. Simples lista, ou indice de materias,



do «Notícias» de Lourenço Marques, sob o título «Trinta e oito anos de Moçambique», diz estas judiciosas palavras de aviso:

«São aos milhares, os rapazes e raparigas portugueses, brancos, que aqui nascem.

Esta é a sua terra. Aqui precisam de ganhar o pão, pelo emprêgo, pelo trabalho. Quando estes lhes faltarem, porque a Metrópole os substitua por protegidos, afilhados, alcançados, esportistas e políticos, a repulsa pelo domínio português nascerá, se não nasceu, e crescerá...

Não cometa a Metrópole o erro de pensar que os filhos, brancos, das colónias, têm por ela o amor que nós, os velhos colonos, temos.

A sua sensibilidade é por Moçambique, como a nossa é por Portugal.

Não haja dúvidas sobre isto, e seja tomado em conta o aviso.

A emancipação de Moçambique nasceu e cresce com as suas novas gerações. À Metrópole pertence encaminhá-la, certa de que não a pode evitar».

incompleto decerto, que a «Direcção d'Agricultura» desenvolverá nos seus trabalhos, e nos artigos do seu «Boletim d'Agricultura, Pecuaria e Fomento». Abrindo, assim, perspectivas vastas d'um grande emporio de produções. E que os Agricultores, com a força viva do methodo scientifico, traduzirão em factos nas suas Fazendas, exemplos de fabricação de riqueza, a seu beneficio proprio, e a beneficio da Província onde trabalham, e da Patria Portuguesa, por conseguinte.

Não são miragens que desenhâmos. Propômos, apenas, que se empregue o esforço consciente necessario para tornar efectivas as promessas e capacidades de produção que existem em potencial na Província, e que, para realisar-se, só requerem sciencia, vontade, e trabalho, apoiados sobre os meios financeiros suficientes para as despesas do primeiro estabelecimento, quer dizer, para dar o primeiro impulso de marcha á machina, que, depois, trabalhará com as suas forças proprias.

Classificâmos os productos debaixo das seguintes rubricas:

«Agricultura e flora espontanea»; «Pecuaria e fauna natural»; «Pesca»; «Minas»; «Industrias».

a) -Agricultura e flora espontanea.

1.º—Fibras.

As fibras vegetaes podem, e devem, representar em Angola negocio importante, não só pela cultura, como pela exploração dos povoamentos espontaneos, que existem, de plantas fibrosas.

a) *Algodão*.—De longa data vem a ideia, e veem as tentativas, para fazer d'Angola uma grande productora d'algodão, com capacidade, pelo menos, para fornecer, á industria respectiva da Metropole, toda a materia prima necessaria.

Apezar de não terem faltado, nem a boa vontade dos agricultores, nem as leis protectoras do Governo, é facto que o resultado não se alcançou ainda, na sua desejada plenitude.

E' tão visível, contudo, a conveniencia de conseguil-o, e tão favoraveis as condições da Província para a cultura algodoeira, que a persistencia está naturalmente indicada como unico caminho a seguir, aproveitando devidamente a experiencia que o passado nos oferece, não só na nossa propria casa, mas mesmo nos dominios estranhos, onde se tem exercido

ou exerceu, a acção da «British Cotton growing Association,»—da «Association Cotonnière», francesa,—do «Kolonial Komitee» alemão,—e do Governo do Congo belga.

Querendo afastar-nos de divagações, que alongariam sem vantagem esta exposição, tomarêmos aqui por base simplesmente os «Boletins Officiaes,» e os «Boletins d'Agricultura, Pecuária, e Fomento» d'Angola, nos annos de 1907-09, porque, n'essas duas publicações da Provincia, está contida a lição experimental dos referidos dois annos, proveniente do posto algodoeiro de Quilombo, e outros (agronomo A. Martiniano Pereira, e regente Ayres de Mendonça) e indicados os meios que se empregaram, como reflexo dos conhecimentos existentes sobre a materia.

Dous methodos se puzeram então em practica:—o methodo da «Cultura e Colheita» ao indígena,—«preparo e exportação» á Fazenda agricola;—e o methodo da totalidade d'essas operações feita pela Fazenda agricola.

O 1.º methodo envolve a necessidade de distribuir, annualmente, boas sementes aos indígenas, e de lhes ministrar um certo ensino; e tem a vantagem que deriva do grande alastramento que a produção, se fosse devidamente estimulada, e guiada, poderia talvez atingir, sem riscos nem trabalhos para os agricultores europeus.

Mas é claro, por outro lado, que a cultura exercida unicamente pelo indígena não poderá, por emquanto pelo menos, alcançar progressos e perfeições comparaveis com aquelles, que devemos esperar das fazendas d'europeus, tratadas com melhores preceitos, e dirigidas com sciencia e conhecimento de causa. A produção da primeira, por hectare, ha de, forçosamente, ser inferior, em qualidade e quantidade, á produção da segunda.

Convém á Companhia utilizar ambos esses methodos. Practicará o primeiro em entendimento com o Governo, e estabelecendo o serviço de compra d'algodão indígena, e introdução de sementes. Practicará o segundo por conta própria em colaboração com a technica official. Para qualquer dos casos, monta nas suas Fazendas as instalações mechanicas para descarçoamento, prensagem, etc.

Na certeza absoluta de que o grande acrescimo de produção algodoeira, que temos em vista, depende completamente do aperfeiçoamento da cultura, e este só se conseguirá por meio das Fazendas regulares, dirigidas por um tecnico competente.

Escusado será dizer que a escolha previa das localidades tem a maior importancia. Sobre este ponto, e outros, encontram-se varios esclarecimentos nos Boletins acima citados, que não cabe transcrever n'este logar. Indicam-se, por exemplo, como altamente aproveitaveis os vales do Bengo, Dande, e Cuanza, cuja navegação faculta transportes economicos, e cujos vastos terrenos marginaes permitem cultura intensiva e regada. Conforme é sabido, os terrenos susceptiveis d'irrigação são os melhores, porque se regula a humidade durante o crescimento, e se pode estar mais ou menos seguro do tempo secco para a epocha da maturação.

No entretanto, já Welvitsch d'um modo geral afirmava nos Boletins Officiaes d'Angola de 1859, que é «notavel a capacidade das terras d'Angola para a produção do algodão,» desde o Congo, no norte, até aos vales do Bumbo, Moninho e Bibala (Mossamedes), e outros do Sul.

A expansão da cultura não tem correspondido, todavia, ao favor das circunstancias locais, por motivo, seguramente, de factores que a contrariam. Esses factores de contrariedade podem provir: ou da propria cultura, traduzindo-se em colheitas diminutas, ou productos de má qualidade; ou da falta de transportes baratos, ou de braços, ou de capital.

O primeiro impedimento combate-se fazendo cultura bem dirigida e irrigada, que é sempre remuneradora, isto é, fazendo-a junto a certos rios, como os que já foram indicados, ou outros semelhantes. Tanto mais que d'essa forma, sendo os rios navegaveis, fica-se logo em termos de evitar o segundo impedimento.

O terceiro impedimento (falta de braços) combate-se, em certo grau, pelo emprego de alfaias, e de machinas accionadas por gado ou motores; além d'isso, conta a Companhia com o auxilio official para angariamento de trabalhadores. Quanto ao quarto impedimento (escassez de capital) deve a Companhia evital-o dedicando ao ramo algodoeiro fundos suficientes.

O que, aliás, deverá conseguir, visto que, para o desenvolvimento d'essa cultura, devem concorrer todos os industriaes do algodão da Metropole, tanto mais que o augmento da produção d'Angola representa augmento do poder de compra d'Angola, que é interesse immediato de quem ali pretende vender tecidos. O mesmo se dirá a respeito d'Emprezas de Navegação, porquanto Angola, grande exportadora d'algodão, representaria Angola grande consumidora de fretes.

Deve, pois, a Companhia, reunidas todas as condições proprias, lançar-se com confiança a esta cultura, tirando rendimento não só do algodão, como das sementes, que são ricas em oleo, dos bagaços que servem para alimento de gado, e mesmo das hastes da planta aproveitaveis para pasta de papel.

b) — Ortiga branca

A fibra da «ortiga branca», ou «ortiga prateada», é de muito apreço, e tem seguro valor comercial. Emprega-se como o linho, com superioridade sobre elle. Pede terrenos humiferos, fundos, e susceptiveis de rega; clima humido e quente. Poderá cultivar-se no Dande, Bengo, e Cuanza, e em Golungo, Cazengo e Ambaca, e, possivelmente, no districto da Huilla, devendo a Companhia estabelecer, junto ás culturas, as instalações mechanicas para a desfibração.

c) — Agaves

A Agave Sisalana é planta de cultura simples, barata, e rendosa, requerendo menos trabalhadores que o algodão e a borracha. A sua fibra, empregada para cordoagem, tem valor comercial. Dá-se bem em terrenos secos, e mais ou menos pedregosos, e calcareos, em que as temperaturas não desçam muito.

Cultiva-se com vantagem em Angola, nomeadamente em varios pontos do districto de Luanda.

d) — Aproveitamento da «Sansevieria» espontanea

A «Sansevieria Cylindrica», ou «Angolensis», conhecida em Angola com o nome de «Ife», produz fibras de grande resistencia, com valor comercial para cordoagem. Existe em abundancia nas zonas

occidentaes dos districtos do Congo e Luanda, nomeadamente, em Lunuango (Sul de St.^o Antonio do Zaire),—na bacia do M'brige (Ambrizete),—na região entre Ambriz e o rio Lifune,—etc. Existe tambem no Sul, na Serra da Chela, e junto do Caculevar e do Cunene.

Convem explorar, por meio d'instalações mechanicas para desfibração, e fabrico de cordas, etc.,—aqueles povoamentos que permitam transporte economico, fazendo conjuntamente os repovoamentos necessarios, para que a exploração possa manter-se em permanencia.

e)—Aproveitamento do Kapoc espontaneo

Kapoc é a sumauma, ou penugem branca, sedosa, ligada ás sementes da arvore conhecida em Angola com o nome de «Mafumeira» (Eriodendron anfractuosum). Emprega-se para estófo, e tambem, pela sua qualidade d'impermeavel, para cintas de salvação, e fluctuadores. Tem, por isso, valor comercial. Existe em abundancia, e é de facil colheita indigena, em certas regiões—valle do Bengo, Cazengo, Golungo etc.

f) Muitas outras fibras se podem aproveitar, ou cultivar, em Angola. Como sejam:

A *juta*, fibra extrahida de varias especies do genero «Corchorus», genero que existe com certa abundancia no districto de Luanda. No Puai (margem do Cuvo, Novo Redondo), por exemplo, aparece uma especie de Corchorus muito alta e muito semelhante á planta que produz a juta da Índia.

Devem ser cultivaveis no Dande, Bengo, Cuanza, Ambriz e Novo Redondo, as especies que usam cultivar-se para fibra, quer dizer, o «Corchorus olitorius», e o «capsularis»;

O *ananaz*, que tem nas folhas bellissimas fibras, brancas, flexiveis, e duradouras, para a extracção das quaes se vendem no mercado desfibradoras adequadas. Espontaneo no Golungo Alto, e Casengo, póde cultivar-se em muitos outros logares da Provincia;

O «Phormium tenax» (linho de Nova Zelandia) planta de facil cultura, e productora de boa fibra, deve ser tambem cultivavel no Dande, Bengo, Cuanza, Ambriz, etc.;

A «Musa textilis» das Filipinas (cânhamo de Manila), productora da forte e afamada fibra comercial, que se considera a melhor de todas para a cordoalha maritima, diz Wehvitseh que deve introduzir-se em Angola;

A palmeira «Hyphane ventricosa Kirk» existe na bacia do Cunene, entre a foz do Chitanda e o Humbe, assim como mais a leste, na bacia do Cubango. Das suas folhas se tiram fibras para cordoalha, etc.

Sem classificacção comercial, pelo menos por emquanto, existem na Provincia varias outras essencias fibrosas, utilizadas pelos indigenas, e que podem ser objecto d'estudo para fins d'exportação,—taes o «Hibiscus» chamado Quibosa Caiala, do Golungo Alto,—diversas especies do genero «Triumfetta» (Quibosa do gentio), existentes no Golungo, e outros pontos; etc. etc.

As fibras da entrecasca do imbundeiro (baobab ou adansonia digitata) muito abundante em Angola, já, n'outros tempos, se exportaram pelo porto do Ambriz. Com fibra d'imbundeiro se fabricam boas cordas, como fazem os indigenas da Quissama, por exemplo.

Póde tambem estudar-se o seu emprego para

pasta de papel, estudo já iniciado em 1909 no Laboratorio de Luanda (agronomo Sousa Monteiro); com esse mesmo destino se póde estudar a medula do «Cyperus Papyrus» (mabú dos indigenas), e d'outras Cyperaceas muito abundantes ao longo de rios e ribeiros, desde Golungo até Cassange, etc. Adiante falamos n'este assumpto.

2.^o—Latex condensados, Resinas, Gomas e Drogas.

a) Borracha

Em 1904, a borracha representava, em valor, quasi tres quartas partes da exportação total da Provincia. A massa principal d'essa exportação consistia em borracha chamada das hervas, de colheita e preparação indigena, proveniente dos rhizomas de dous arbustos de pequeno porte, conhecidos vulgarmente com os nomes de Vivungo (Carpodinus gracilis) e Otalampa (Landolphia chyloriza). Producto de qualidade inferior, pela humidade, e impurezas, lenhosas e outras, de que vinha inquinado.

No entretanto em varias partes do mundo (Ceylão, Malaca, Java, Brazil, Congo belga, etc.) criavam-se plantações d'arvores de borracha, cujo desenvolvimento successivo levou aos mercados borracha mais pura e bem cuidada, concorrência esta que o nosso mau artigo, estacionario no seu typo de fabrico indigena, por forma nenhuma podia suportar.

E assim, a pouco e pouco, a borracha d'Angola, começando por perder nas cotações, devia acabar por não ter aceitação nos mercados. Com a agravante de que,—aparte do districto do Congo,—a flora sylvestre da Provincia em materia de borracha, só dispõe, que se saiba (alem dos dous arbustos de rhizomas acima citados) de duas trepadeiras,—a «Landolphia florida», que dá apenas massa pegajosa que não merece a classificacção de borracha, e a «Landolphia owariensis» (licongue) que não abunda.

Perspectivas pouco brilhantes. Para modificá-las quanto possivel foram tomadas, em 1907-09, duas ordens de providencias. A primeira tendente a aperfeçoar o processo de fabrico empregado pelos indigenas, ensinando a estes, por meio das auctoridades, e dos comerciantes, as regras proprias para conseguir borracha mais limpa e apresentavel, e combatendo a inercia e a rotina pela rejeição comercial da borracha inferior, cuja exportação seria prohibida, decorrido um certo praso. D'este modo se tentava o aproveitamento do existente.

A segunda providencia dizia respeito á criação de plantações novas, introduzindo arvores de borracha. Arvores que são preferiveis ás trepadeiras, e gastam menos tempo para produzir. Com este fim, não só se fez distribuição entre varios agricultores, mas se iniciaram no Horto experimental de Casengo (fundado em 1907 na linha de Luanda, 2.^a região de Welwitsch) culturas de Hevea, Castillioa, Funtumia, Ficus e Manihots. E semelhantemente para a linha de Benguela (agronomo Barjona de Freitas).

Sobre este assumpto, como aliás sobre todos os outros de agricultura, o contacto por meio de correspondencia, instrucções, e visitas, mantinha-se sempre, com os agricultores da Provincia.

D'essas numerosas plantações e cuidados, ignoramos o que resta. No entretanto, o caminho é esse, e não vemos razão para que Angola, com a sua

grande variedade de climas e terras, não produza borracha regularmente, em algumas regiões. Tem seguramente havido n'este capitulo deficiência d'atensões, ou d'organisação technica do fomento.

b) Copal

O copal é uma resina de verniz, quer dizer, que se usa para vernizes de pintura, por exemplo para aquelles com que se pintam as carruagens de Caminho de Ferro. Como tal, é artigo de commercio. Provém d'árvores. Ha o copal fossil, e o semi-fossil, que se encontram habitualmente enterrados, a differentes profundidades, em logares d'onde já desapareceram as arvores que o produziram. Ha, alem d'esses, o copal fresco. Distinguem-se pelas côres, sendo vermelho o 1.º, — amarelo, o 2.º, — e branco, o 3.º, — e cotados commercialmente por essa mesma ordem: de qualidade superior o 1.º, media o 2.º, e inferior o 3.º.

O copal encontra-se em Angola (já Welwitsch o dizia) exclusivamente na zona baixa litoral, de larguras variaveis, que vae do Zaire ao Cunene, em regiões d'aspecto arido ordinariamente. Nunca aparece acima d'um certo limite d'altitude.

Convem á Companhia reconhecer, — alem d'outras — a zona de copal existente a norte do Ambrizete (Mucula e Quinzau), e, principalmente, a que se estende a uns 40 kilometros sueste do Ambriz, na região de Quimuala e arredores, sobre as duas margens do rio Onzo, até ao rio Lifune. D'ahi se extrahе copal de côr avermelhada. O rio Onzo, na epocha das chuvas, é navegavel por barcos de fundo chato, e pôde, portanto, durante essa epocha, ser aproveitado para transportes.

Se o reconhecimento previo indicar a oportunidade d'estas, ou d'outras explorações, — deverão ellas fazer-se por meio de cavas regulares em linhas paralelas, de modo a aproveitar o movimento das terras para culturas d'amendoim, algodão ou agaves, ou das que mais convenham.

A Companhia explorará livremente n'estes, ou n'outros logares (como no Libôlo, Quissama, etc.), cobrando o Governo a sua parte por meio d'um imposto d'exportação, pago no porto de sahida, segundo seja convencionado.

c) Elemi

Oleo-resina, que se usa para fins pharmaceuticos, e tem classificação commercial. Exsuda do tronco d'uma arvore (Canarium edule) que os indigenas chamam Mubafo. Existe, segundo Welwitsch, em Golungo, Casengo, e outros logares.

d) Resina vermelha da arvore Mutune

(Haronga madagascarensis), tambem do Golungo;

e) Kino ou sangue de drago

Resina côr de sangue, com applicações pharmaceuticas, que exsuda do tronco da N'Gila sonde, ou Mutete, (Pterocarpus erinaceus) arvore de Pungo Andongo, Malange, e Huilla;

f) Resina de Mubango

(Croton Mubango) arvore do Golungo, Ambaca, Pungo Andongo e Malange;

g) Resina d'Aloes

Que se poderá extrahir das folhas do Aloes existente no Cacuaco (perto de Luanda) igual ao «Aloes socotrino» («Socotorá com o amaro aloe famosa», como cantam os Lusíadas). Tem cotação commercial. E tambem existe na Chela;

h) Resina-latex da Cassoneira

(Euphorbia Tirucalli), arbusto que vive no Ambriz, Luanda, Benguela, e Mossamedes. O producto conhece-se vulgarmente com o nome de «Almeidina»;

i) Goma amarela que exsuda do tronco da Mugunda

(Symphonia globulifera) pequena arvore das matas do Golungo;

j) Goma-arabica que exsuda da Quibondo Camenha

Sterculia Tragacantha, grande arvore do Golungo.

k) Goma-arabica de N'Gungo (Acacia)

Arvore muito frequente em Malange;

l) Goma-arabica da Acacia Kirkii

Que existe nos plan'altos, alem da Chéla, e em varios pontos proximos do Cunene e do Cubango, etc.; e que pôde tambem obter-se d'outras acacias do Sul d'Angola (Acacia etbaica da região de Benguela, e Acacia erubescens da região da Chela);

m) Productos d'aspecto semelhante á guta-percha

Provenientes da «Disaco» (Syderoxyylon) arvore do Golungo, e do «Cafequesu» (Mimusops) arvore de Casengo, Golungo, e Dembos;

n) Noz de Cola

Proveniente da Coleira (Cola acuminata), ou «riquesu» dos indigenas, arvore espontanea d'Angola. A noz de cola contem principios semelhantes aos do chá, café, e cacau, e por isso tem valor commercial, não só como alimento, mas pelas suas applicações pharmaceuticas.

3.º — Oleoginosos.

As plantas oleiferas tropicaes fornecem, em regra, rendimentos d'oleo muito superiores aos que são fornecidos pelas plantas oleiferas das regiões temperadas. D'onde vem a boa cotação d'esses productos d'origem tropical, nos mercados de materias gordas. E foi á sombra d'essa mesma circumstancia que Marselha, por exemplo, se tornou grande centro industrial de sabões, estearinas, e oleos, empregando como materia prima das suas fabricas, sementes ou substancias oleosas d'origem colonial, taes como, ginguba, sesamo, ricino, purgueira, mafureira, etc. etc.

Bem conveniente nos seria, a nós, seguir passos semelhantes em escala grande, para dar maior consumo, em boas condições, á quantidade e diversidade d'oleoginosos, de que dispõem os nossos Dominios Ultramarinos.

Os horizontes são suficientemente largos n'essa ordem d'objectivos, porque abundam as applicações industriaes dos oleos, — não apenas para fabrico de sabões e estearinas, mas tambem para tintas, vernizes e lubrificações, — para fins alimentares (sob forma d'azeites, banhas e manteigas), e para fins pharmaceuticos e de perfumaria. Alem de que os bagaços e residuos (tourteaux), de varias sementes oleosas, são empregados vantajosamente para adubo, e para alimentação de gado.

É a Província d'Angola rica em oleoginosos.

Alguns d'elles muito conhecidos, e que fazem parte da sua exportação ordinaria, como sejam: o *Oleo de palma*, e o *Coconote*, provenientes da palmeira dendê (Elceis Guineensis); a *ginguba*, ou amendoim (*Arachis hypogea*); o *gergelim* (sesamum indicum); a *purgueira* (Curcas purgans); o *ricino* (ricinus comunis); e a *semente d'algodão*; todos da jurisdição indigena, e a maior parte com fraca exportação.

Mas, a par d'estes, ha varios outros;

— o *Coqueiro* (Cocos nucifera) que existe, mas deveria cultivar-se muito mais, em certos logares proprios, como alguns terrenos arenosos da costa maritima, e marges do Zaire, Dande, Bengo, Cuanza, etc.

As amendoas secas do côco constituem, como é sabido, o artigo oleifero de grande comercio, conhecido sob o nome de «coprah», que tem applicações varias, entre outras o fabrico da manteiga de côco, produzida na Alemanha com o nome de «Palmina», em Marselha com o nome de «Vegetalina», e em Liverpool com o nome de «Coco nut butter»;

— o *Mutuge* (*Myristica Angolensis*) dos Dembos, e Golungo, cujas sementes abundam tanto em oleo que ardem como uma vela, segundo conta Welwitsch;

— o *Mufinge*, ou Umpéque (*Ximenia Americana*) do Golungo e Mossamedes, cujas amendoas contem oleo comestivel;

— a *Mafureira*, ou Guimbi (*Trichilia emetica*) d'Encoge e Tala Mugongo, que tem sementes oleosas;

— a *Disanha* (*Treculia africana*) do Golungo, cujas sementes são comestiveis e contem oleo;

— a *Munguela* (*Ricinodendron africanus*) de Casengo e Golungo, que tem sementes com oleo;

— o *Mubafo* (*Canarium edule*) de Casengo, Golungo e outros logares, cujo fructo contem oleo comestivel;

— a *Mufuma*, ou Mafumeira (*Eriodendron anfractuosum*) que é a arvore do Kapoc, d'Icolo e Bengo, Golungo, Casengo, Lucala, etc., cujas sementes teem oleo de bom gosto, e cujo «tourteau», muito azotado, é comestivel para animaes;

— a *Nochã* (*Parinarium Mobola*) da Huilla, e outros logares, que tem um fructo comestivel cujos caroços envolvem sementes oleosas, e tambem comestiveis;

Poderiamos citar mais, como, por exemplo, no extremo Sul da Província (margem do Cubango) as sementes oleosas da arvore a que a gente do Cuanzar chama *Umpapa* ou M'chibe.

Mas os nomes que deixamos escriptos bastam para comprovar a quantidade, e diversidade, a que acima fizemos referencia. E tambem para indicar que a Companhia, aliada com a «Assistencia Technica» do Governo, terá talvez interesse em dedicar a este problema dos oleoginosos, e sua valorisação, um methodo racional, consistindo, por exemplo, no se-

guinte: 1.º Constatação local directa, sobre a base d'informações anteriores, a respeito da existencia abundante de determinado producto oleoso, e estudo no Laboratorio d'Analyses e ensaios, quanto ao valor industrial do mesmo producto; 2.º Quando fossem favoraveis estas averiguações previas, seguir-se-ia o estudo, e depois a practica, dos processos de colheita, — dos transportes em condições economicas, — da colocação, ou no mercado externo, ou, preferivelmente, do aproveitamento interno do producto, como materia prima da industria nacional, em qualquer dos variados ramos, que acima citámos por alto.

Deve tambem estudar-se o regimen racional d'exploração que melhor convenha para a flora oleifera da Província. Referimo-nos em particular á «Elceis Guineensis», da qual existem variedades diversas, e ricos palmares no Congo, Dembos, Cuanza, Lucala, Libôlo, Amboim, etc.

Estes palmares, é preciso pô-los em bom rendimento pela transformação, d'uma parte d'elles pelo menos, em plantações regulares, escolhendo as melhores variedades, e procedendo a limpezas e tratamentos, com o fim de produzir mais cachos com melhores fructos. E' uma questão de technica que já se conhece um pouco, e convem esclarecer a fundo.

Paralelamente com estes cuidados, d'ordem agricola, ha logar para estabelecer a industria anexa dos oleos, montando oficinas de fabrico com machinas modernas, movidas por força hydroelectrica, ou outra.

Foi estudado, e realisado, por algumas casas constructoras, o emprego do oleo de palma (e d'outros oleos vegetaes) como combustivel em motores typo Diesel, misturando, parece, o oleo com um pouco d'alcool para o manter liquido á temperatura normal. Temos d'estudar, por nossa vez, a oportunidade d'esta utilização na Província d'Angola.

4.º—Corantes.

O advento das materias corantes syntheticas, obtidas por processos chymicos, trouxe, para os corantes d'origem vegetal, uma concorrência commercial, que prejudica o interesse da cultura. O anil, por exemplo, fabrica-se syntheticamente.

No entretanto, a Província n'essa especialidade dispõe de:

— *Urzella* (*Rocella fuciformis*), lichen crescendo em grande abundancia nos troncos e ramos de todos os vegetaes lenhosos ao longo da costa (Welwitech);

— *Anil* (*Indigofera anil*, e *Indigofera tinctoria*) espontaneo em varios pontos;

— *Açafrão* (*Curcuma spec*) cultivado para extrahir da raiz a tinta amarela;

— *Quisafu* (*Bixa orellana*) pequena arvore de facil cultura, que existe em Casengo e Golungo, cultivada e espontanea, e que fornece, pelo fructo e semente, materia corante (urucú) conhecida no comercio;

— *Disué* (*Solanum tinctorium*) planta do Golungo, cujos fructos dão tinta roxa com qualidades de fidelidade;

— *Bunce* (*Alchornea cordifolia*) arbusto do Golungo, d'onde se extrahе tinctura preta azulada;

— *Combretum tinctorium* arvore de Pungo An-

dongo, cujas folhas, fructos, e raizes, dão por cosimento tintura negra; Etc. Etc.

—Existem demais *Madeiras* susceptíveis d'emprego na tinturaria, como:

—a *Tacula* (*Pterocarpus tinctorius*) arvore do Golungo, Pungo Andongo, e muitos outros logares;

—a *N'Gila sonde* (*Pterocarpus erinaceus*) conhecida no commercio com o nome de «sandal vermelho d'África». Arvore do Pungo Andongo e Huilla;

—e, possivelmente a «*Baphia Angolensis*» do Golungo, por ser especie visinha d'aquella que fornece o Cam-wood de Serra Leoa, objecto de commercio importante.

5.º—Taninosos.

—o *Mangue da praia* (*Rhizophora mangle*) é frequente na embocadura dos rios (Chiloango, Zaire, Loge, Cuanza, etc.) formando densos massiços, que defendem as margens contra a erosão. A casca contém tanino em percentagens variáveis conforme as especies. Quando essa percentagem é de 40 %, mais ou menos, a casca tem cotação como producto taninoso applicavel á curtimenta de pelles.

Alem do mangue, a flora d'Angola abrange bastantes plantas ricas em tanino e, portanto, com possível valor commercial, — taes como:

—a *Mumúia* (*Berlinia Baumii* Harms) arvore da região das Ganguelas, cuja casca os indigenas empregam para fazer cortiços e canoas; e o *Mushovi* (*Berlinia* sp.) egualmente das Ganguelas;

—o *Lohengo* (*Anisophyllea* sp.) arvore do platô de Caconda;

—o *Mutuati* (*Copaifera mopane* Kirk) arvore do Sul d'Angola (Chella e bacia do Cunene);

—a *Mucia* (*Terminalia angolensis*) arvore da região da Huilla, Ambaca e Malange;

—a *Muzuemba* (*Albizzia coriaria* Welw.) leguminosa arborea de Casengo e Golungo;

—a *Mupondo, ou Unpanda* (*Brachystegia spicoformis*) arvore pequena da Chella e Huilla;

—a «*Acacia decurrens* var. *molissima*» (black wattle) proveniente da Australia, e cultivada na Africa do Sul, foi, em 1908, introduzida no Horto experimental de Casengo (Gossweiler), com destino a ser cultivada no platô d'Angola (Malange), Bihé, Caconda, e talvez Humpata e Chibia). Pensava-se experimentar no plan'alto de Mossamedes outra arvore com alta percentagem de tanino, que é o «*Eucalyptus Occidentalis*», tambem originario de Australia.

Compreende-se quanto importa, — fóra o ponto de vista da exportação, — possuir substancias taninosas para curtimenta de couros, nas regiões onde ha possibilidades de grande criação de gados. E na mesma ordem d'ideias haverá logar na Provincia para estabelecer a industria de fírar das madeiras taninosas o «extracto de tanino», como na Argentina se procede a respeito da madeira que chamam «quebracho». Extracto, que tanto pôde utilizar-se localmente, como representar artigo d'exportação.

6.º—Especiarias.

Tambem, para certas especiarias, existe o inconveniente da concorrência, causada pelo fabrico synthetico. Assim succede com a baunilha, por exemplo.

No entretanto citarêmos as seguintes:

— *Gengibre* (*Zingiber off.*) — É objecto de pequena cultura em Angola por causa do seu rhisoma aromatico. O gengibre commercial é o rhisoma sêco. Cultiva-se nas Antilhas Inglezas, India e Japão. Dá logar a algum commercio, mas considera-se cultura pouco remuneradora, em consequencia do trabalho que requer. Serve, no entretanto, para pequenos cultivadores, utilizando o trabalho domestico;

— *Baunilha* (*Vanilha planifolia*) — Pôde cultivar-se sem dificuldade, — diz Welwitsch, — escolhendo os logares proprios, em Casengo, Golungo Alto, e tambem provavelmente no Libôlo, margens do Bengo e Dande, etc.

— *Moscadeira* — A moscadeira das Molucas, que dá a noz moscada é a «*Myristica moschata*». E diz Welwitsch que, existindo no Golungo Alto a arvore chamada «Mutuge» a que já atraz nos referimos, e que é uma especie indigena da *Myristica*, podemos esperar que seja cultivavel com proveito a *Myristica* das Molucas. Em Casengo e Golungo Alto devem existir logares proprios para a experiencia.

Existe demais, indigena na Provincia (no Golungo Alto), a arvore a que chamam N'pepe, que é a «*Monodora Myristica*» cujas sementes tem o aroma da noz moscada.

— *Caneleira* (*Cinnamomum Zeylanicum*) — Convem ir continuando nos logares proprios que devem ser entre outros, Casengo, Golungo Alto, e Amboim, a experiencia da cultura d'esta planta, que já está introduzida na Provincia.

7.º—Alimentares.

a) Cereaes

— 1.º — *Arroz* (*Oriza Sativa* L.) — Produz-se sobretudo na 3.ª Região (plan'altica), onde extensas varzeas se aproveitam para a cultura d'este cereal (Welwitsch).

É cultura que convem practicar em grande escala. Quer a do arroz de montanha, quer a do arroz aquatico. Este ultimo especialmente nas margens de rios, como o Dande, Bengo e Cuanza, por exemplo, — adoptando, quanto possível, o systema da Luisiania e Texas (Estados-Unidos), onde o cultivo se faz com auxilio de poderosas bombas e canaes d'irrigação, e com machinas modernas quanto á colheita, debulha, e tratamentos posteriores, para obter o arroz branco e escolhido. De tudo isso, resulta uma boa produção com economia; economia que se estende ao serviço do transporte para os mercados, realisando-o por grandes carregamentos em navios de vela, ou vapores economicos de carga.

Atraz falámos no arroz, ao tratar da cultura intensiva nas margens de rios d'Angola. É tempo, talvez, de, por intermedio d'esses processos racionais e progressivos, acabarmos totalmente com o systema de consumir na Metropole arroz do Oriente, recebido, em torna viagem, de varios portos da Europa.

O arroz, só por si, applicando-lhe uma acertada exploração, industrial e commercial, pôde ser uma fonte importante de riqueza, como o tem sido para Paizes industriosos, que nem sequer o produzem.

— 2.º — *Milho* (*Zea Mays L.*) — Cultiva-se nas tres regiões d'Angola (litoral, montanhosa, e plan'altica) com a possibilidade de duas colheitas por anno. Póde, e deve, ser objecto de grande cultura, como aquella de que nos dá exemplo o Arkansas (Estados-Unidos) com os seus campos cortados por numerosos afluentes do Mississipi, dando facilidades de rega e de transporte.

Mas a grande cultura requer naturalmente a grande exportação, e esta só se consegue com os cuidados necessarios para criar um nome comercial. O Instituto de investigação comercial relativa aos Tropicós, que existe em Liverpool, tratando, n'uma Noticia, da cultura do milho em Lagos (Africa Occidental) dirige aos seus constituintes certos conselhos practicos, que elles provavelmente respeitaram. O que é facto é que certas variedades do milho de Lagos teem um nome altamente acreditado. Outro tanto não julgâmos que succeda ao milho d'Angola. D'onde se conclue, que inuteis seriam os nossos esforços para grande produção, se não lhes juntassemos os esforços, que mal temos feito, para um tratamento cuidadoso. N'isto, como no resto, pede-se a intervenção da sciencia e do methodo. E' preciso escolher sementes, fazer selecções, e fixar typos. Assim se obtém bom producto. Mas para que elle chegue ao seu destino em bom estado, sem bolór nem gorgulho, é preciso, ainda, que a colheita se faça com o milho perfeitamente maduro, que o grão seja perfeitamente sêco ao sol, e só depois d'isso se disponha para o transporte. Havendo demora antes do embarque terá d'armazenar-se em celeiro com ventilação e luz, sobre pavimento sêco, ou de rede d'arame.

?Será isto, pouco mais ou menos, que temos feito?

Bem sabemos que reclama paciencia e persistencia. Mas é assim que se consegue a boa fama commercial, e portanto a facilidade de colocação. E, sem essas precauções, seria mais logico talvez deixarmos de «grandes culturas».

— 3.º — *Trigo, e outros cereaes.* — E' cultura destinada, mais em particular, para a região plan'altica (Malange, Bihé, Huilla). Cultiva-se em Angola ha muito tempo, pois que os Annaes do Conselho Ultramarino citam a produção de trigo na estatística de Mossamedes do anno de 1858. E tem sido cultivado mais modernamente em muitos logares como plan'alto de Mossamedes, Quillengues, Coconda, Huambo, Bailundo, Cubango, Malange etc. Culturas, todavia, hesitantes, experimentando muitas e diversas variedades, com o fim d'escolher as que melhor se adaptem, e determinar a melhor epocha para lançar a semente á terra. Se a sementeira se faz no tempo das chuvas, ha o perigo da ferrugem; mais tarde, são de temer as geadas; se semeámos no tempo sêco, requer-se irrigação. Assim vemos a dificuldade, que tem havido, para obter a semente vantajosa, que seria aquella que permitisse sementeira no tempo da chuva, dispensando, portanto, a rega.

São dificuldades que virão a remover-se. No entretanto parece que, mesmo entre os cereaes, outros haverá menos aleatorios, e talvez mais remuneradores, como o centeio, por exemplo, que produz perfeitamente. E as experiencias feitas em annos successivos pelos Postos agronomicos, Missões, e Agricultores, mostram que são igualmente cultivaveis a cevada, e a aveia.

b) Leguminosas

Cultiva-se em toda o Provincia o feijão, de que Welwitsch cita mais de 25 variedades; e tambem a ervilha e a fava.

c) Tuberculos e Raizes

— 1.º — *Batata ordinaria*, é cultura bastante conhecida e espalhada nos plan'altos;

— 2.º — *Tacca Quanzensis* existe nas margens do Cuanza, e é dos grandes tuberculos das Taccas que, no archipelago Indico, extrahem muita quantidade de Sagú. Por isso aconselhava Welwitsch que, d'estas plantas, se fizesse ensaio de cultura em Angola;

— 3.º — *Mandioca* — E' largamente cultivada em toda a Provincia, como alimento indigena, em substituição dos cereaes, e utilizada pela generalidade dos habitantes, debaixo da forma de farinha, ou tapioca.

Angola é eminentemente propria para esta planta, e ella presta-se para valiosa exploração, quando devidamente se lhe applique a technica agricola, e industrial. O cultivo, demais, é economico, e susceptivel de fazer-se com outras culturas intercalares no mesmo campo. Embora se dê por toda a parte, os seus rendimentos são mais altos na região litoral.

São baratas as instalações industriaes para obter a tapioca e fecula, productos estes que teem muitas applicações, não só para alimentação directa, mas para fabricos varios, de pastas alimentares, de glucose, de productos gomosos, etc.

Reconhece-se que a industria da mandioca abre perspectivas de grande consumo mundial, e convem, por consequente, imprimir-lhe desenvolvimento em Angola, tanto mais que não requer grandes capitaes, e produz rendimento a curto praso.

— 4.º — *Araruta* — Ensaíada em Angola, no anno de 1908. E' planta tropical, cujas raizes, muito brancas e feculentas, dão a farinha chamada «araruta». objecto de comercio importante nas Antilhas, Brazil, etc. A cultura é facil, e aconselhavel nos plan'altos e litoral e tambem a respectiva industria, de preparação de fecula, semelhante á da mandioca.

d) Café

O cafeseiro (*Coffea arabica*) é indigena de quasi todas as matas virgens da 2.ª região, mórmente das matas elevadas do Golungo Dembos, e Casengo; e é d'este café silvestre, educado em viveiros, que resultaram todas as plantações agora existentes no Golungo e Casengo (Welwitsch). A norte dos Dembos o café estende-se ainda para Encoge, entrando mesmo, pelo Uíge, para o Congo.

Tambem, em Casengo e Golungo, existe esportanea a «*Coffea liberica*», especie apreciavel pelas suas superiores qualidades de robustez, que póde aproveitar-se.

O café constitue exportação d'Angola ha uns cem annos, embora a principio se fizesse em modesta escala (tonelada e meia). Augmentou mais tarde por forma tal que em 1895 se exportavam mais de 8 mil toneladas, no valor de 2.700 contos, d'então. Houve depois abaixamento, em quantidade e em cotação, e

em 1908, por exemplo, exportaram-se apenas 5 mil toneladas, no valor de 380 contos, representando, todavia, assim mesmo, a exportação de maior valor, em seguida á da borracha, cuja exportação, n'esse mesmo anno, foi de 2.400 contos.

Nos annos posteriores, inverteram-se os papeis, acabando por desaparecer a exportação da borracha, e assumindo o café o primeiro lugar, por efeito da reacção d'esforços, provocada a seu favor, precisamente pela depressão do commercio da borracha. 10 mil toneladas atingiu a sahida do café em 1927.

Convem observar que n'este assumpto, como aliás, mais ou menos, em todos os outros, tem faltado bastante o potencial scientifico. Aproveitando as facilidades que lhes dava a existencia do café espontaneo, e a colheita d'elle feita pelos nativos, a Agricultura (salvas honrosas excepções) e o Comercio, no capitulo do café, como no capitulo da borracha, contentavam-se com o artigo inferior tal como lh'o forneciam a natureza sylvestre; e as primitivas artes indígenas. Processo este de tristes consequencias, quando, demais, outros Paizes do mundo tanto trabalham nos aperfeiçoamentos agricolas e industriaes. Assim a exportação, constituída pelos Typos commerciaes «Cazengo» e «Encoge», era classificada pelos peritos da especialidade como «café de gosto duvidoso ou mau».

D'ahi provinha em parte a falta de preço remunerador. E o Comercio tinha a consciencia d'isto, tanto que em 1909, d'acordo com o Governo provincial, tomou a iniciativa de fundar em Luanda um estabelecimento com todos os meios adequados de tratamento, onde todo o café comprado ao indígena fosse limpar-se, e melhorar d'apresentação, antes de seguir para o mercado.

D'então para cá, tem-se feito plantações, nomeadamente na rica região do Amboim, conhecida pelas suas notaveis aptidões, e possuidora d'uma variedade de magnifico café.

No entretanto o café de colheita indígena continua a formar parte importante da exportação da Província. Poucas plantações, e muito café bravo.

Por conseguinte continuam a ter oportunidade todas as ordens de medidas que, em 1907-09, foram realisadas ou propostas.

A primeira d'ellas relativa á questão de cultura, a que responde a «Assistencia Technica» atraz prevista. Já em 1907-09 se tinham inaugurado no «Horto Experimental de Casengo» as plantações de cafezeiros para experiencias (café do Amboim, de S. Thomé, Coffealiberica, e variedades afamadas da Asia e America). D'ahi sahiam tambem instrucções acerca da selecção a exercer nas proprias plantas do café espontaneo, e acerca do modo d'aproveitar, para plantações de variedades superiores, o proprio terreno em que floresce o café espontaneo, arrancando este, excepto os pés seleccionados.

É cómodo, sem duvida, explorar matas extensas, mais ou menos á lei da natureza, sem grandes esforços de cultivo aperfeiçoado. Mas assim nunca se obterá um producto de bom preço, que só se consegue dedicando cuidados technicos a matas menos vastas, que se explorem em cultura intensiva sobre terras beneficiadas. Com este melhor café, deve constituir-se a exportação d'Angola.

A segunda medida refere-se á questão industrial, quer dizer, á preparação do genero para exportar, substituindo o grosso tratamento indígena, de secagem,

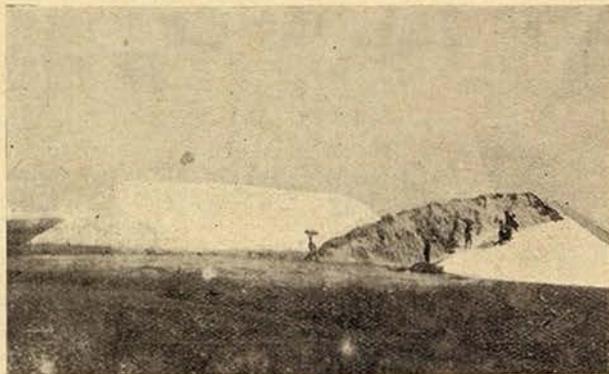
pilagem e separação incompleta de cascas e poeiras, por outros mais competentes, com emprego de bons secadouros, e de machinas proprias para descasque, seleccionamento, polimento, etc., em officinas centraes quando seja conveniente.

As restantes medidas dizem respeito ao ponto de vista comercial, protegendo aduaneiramente o café d'Angola, e tratando d'augmentar o seu consumo,— não só no mercado interno da Metropole, pela perseguição, e prohibição, de fraudes e misturas, e pelo estímulo ao augmento individual do consumo,—mas, ainda, em mercados estrangeiros, e designadamente nos Paizes circunvisinhos d'Angola, como a Africa do Sul, por exemplo, grande consumidora de café. Isto se tentou em 1907-09, pondo-se o Governo provincial em correspondencia com o Consul portuguez em Durban, e fazendo o commercio remessas ao seu cuidado. Convenções commerciaes para este fim, com paizes consumidores, teriam bom cabimento. Precisamos aproveitar o nosso proprio mercado, e os mercados mais ao alcance, porque as difficuldades de colocação são muitas, conforme o prova o exemplo do Brazil, e outros.

EXPEDIENTE

A falta de transferências de Angola impede-nos de fazer a cobrança das assinaturas do 2.º semestre pelo correio. A falta doutro meio e não desejando privar os nossos assinantes de Angola da recepção da revista, rogamos a todos o obséquio de enviarem à redacção (Rua da Conceição, 35, 1.º) a importância das duas assinaturas em moeda da Colónia.

Angola



Dois monumentais montes de sal no Capuio

A transformação social da época que atravessamos, na qual a humanidade ou encontra o equilíbrio das suas desconformes ideologias, ou se arremessa para o caos que corresponde à queda das civilizações, exige que nos desprendamos das ideias feitas e, fora dos preconceitos de escola, examinemos as questões sob uma luz natural e humana.

Não nos podem ser, evidentemente, alheios os resultados da experiência, mas quando eles não correspondem à satisfação das necessidades reais da existência colectiva forçoso é procurar noutra via os meios de se alcançar esse objectivo.

Para definição de *emigrante*, no caso presente, entende-se, restrictamente, aquele que fora do seu país vai exercer, com permanência, a sua actividade.

O problema da emigração necessita de um postulado de princípio, nitidamente definido, sem o qual as conclusões a tirar sofrerão do vício originário de uma opposição entre a concepção utilitária da instituição e a ideologia que a condiciona.

A questão está em resolver se os indivíduos têm o *direito* de livremente se deslocarem ao sabor da sua fantasia ou mesmo sob o impulso das suas necessidades.

As doutrinas liberais, dando ao individuo o fóro da sua autonomia social, consagraram esse direito

Emigração

da plena disposição da pessoa. A cada um o seu destino. E, não obstante, algumas limitações tinha essa liberdade, como, por exemplo, a obrigação da prestação do serviço militar.

As correntes migratórias estabelecem-se sempre por causas demográficas e económicas.

Estamos vendo, contudo, nos nossos dias, alguns obstáculos externos postos a essa liberdade, consistindo na fixação de contingentes de emigrantes, na exigência de prévios contractos de trabalho e na exclusão da mão de obra estrangeira, restrições estas fundadas em razão dos nacionalismos económicos e das causas internas que os afectam.

A intervenção do Estado nos países de grande emigração tem-se limitado, com algumas excepções, à fiscalização sanitária dos meios de transporte, à repressão dos enganadores e da emigração clandestina e raro a uma protecção efectiva do emigrante, que não vai muito além da repatriação.

O valor económico dos emigrantes tem sido de há muito e até agora, para nós, o factor quasi invisível de correcção da nossa balança económica.

¿Mas ter-se-á criteriosamente utilizado esse veículo da nossa expansão, tirando dele o máximo da sua capacidade produtiva?

As excelentes qualidades de raça, a facilidade de adaptação e a tenacidade de carácter que revelam os nossos emigrantes, fazem deles um elemento de trabalho apreciável onde quer que se encontrem, manifestando-se nos expoentes que honram as nossas colónias no estrangeiro ou que fielmente regressam à Pátria, depois de árdua luta em que saíram vencedores.

¡Quantos, porém, ficam no caminho das desilusões!

Essa massa informe de ambiciosos ou de necessitados que deixa temporária ou definitivamente a terra que os viu nascer e vai procurar noutras latitudes o que nela não encontra, ou julga não encontrar, caracteriza-se na sua grande maioria pela ausência de cultura e de preparação, recrutando-se nas classes sociais de menor categoria e destinando-se aos trabalhos mais ínfimos e a situações subalternas.

Resultante das deficiências do nosso ensino elementar, técnico e profissional, o facto é momentaneamente irreparável.

É para considerar o que essa corrente migratória, de inferior capacidade intelectual, representa como depauperamento demográfico e enfraquecimento qualitativo e quantitativo nos factores económicos nacionais.

O movimento migratório atingiu o seu grande desenvolvimento no século XIX, especialmente na sua segunda metade, com a facilidade das comunicações. Outras causas o dificultavam anteriormente, como as regulamentações internas do trabalho e o facto de nem sempre existir a liberdade de emigrar.

Não obstante, ordenadamente, o nosso país, na sua missão de descobridor de terras e de colonizador, espalhou pelo mundo a sua gente, marcando imorredoiros marcos da nossa expansão civilizadora.

A concepção actual da vida social e económica não tem paralelo com o passado.

O princípio absoluto de que o individuo se deve à colectividade, voltando a introduzir-se nas fórmulas renovadas do direito público, pode fazer supôr

e Colonização

que nos consideramos prisioneiros no limitado espaço do nosso território nacional, justamente quando não há recanto da Terra que não seja conhecido como uma realidade acessível e a vida económica atingiu o mais completo grau de inter dependência.

Essa concepção não pode de forma alguma ter-se como imperativa no que se refere à faculdade de emigrar, sobretudo quando esse acto resulta de uma necessidade inelutável.

A obrigação de se subordinar a actividade individual aos interesses nacionais tem em correspondência o direito à *protecção* do Estado. Sem ela estariam os emigrantes desarmados nos países a que se dirigem, não sendo, portanto, concebível esse direito isento de obrigações.

Se o emigrante vai, em vista de uma deliberação aventureira ou por motivo das condições económicas, exercer a sua actividade em lugar propício, não lhe importa menos o dever de cooperar na prosperidade e engrandecimento da sua Pátria.

Vai investido da missão solene de ser um agente do seu país, incumbindo-lhe mais obrigações ainda do que as que teria na sua terra.

De um modo geral, entende-se que o direito de emigrar deve ser reconhecido, subordinado porém a uma regulamentação administrativa que considere a qualidade e a função do emigrante, resalvando-se as

razões supremas do Estado em circunstâncias excepcionais.

A protecção do Estado deve exercer-se por forma a evitar a desnacionalização, mantendo o contacto cultural com a Mãe-Pátria, vigiando e acompanhando intimamente a acção dos colonos e fazendo do agente consular o Chefe natural das colectividades de portugueses no estrangeiro.

Restringindo a apreciação aos elementos principais da nossa emigração, constituídos na sua maior parte por gente do campo e por *unskilled* (sem profissão determinada) reconhece-se logo a necessidade de se dar a esta classe uma sólida organização que satisfaça o interesse nacional, impondo-se tanto mais neste momento em que se estão fechando sucessivamente os campos de acção para onde se dirigia essa corrente: Estados Unidos da América, Brasil, França, Espanha, etc.

Deveria criar-se um Instituto Nacional da Emigração, com duas funções distintas:

a) Centro cultural para o estudo permanente dos problemas de emigração;

b) Órgão centralizador da acção do Estado sobre os portugueses no estrangeiro, com uma Secção especialmente destinada à emigração para as nossas colónias.

Este Instituto abrangeria os serviços interessados das diferentes Repartições públicas e seria integrado na esfera de acção do Conselho Superior da Economia Nacional.

A organização presume as delegações especiais confiadas aos agentes consulares ou a Comissários especiais para a colocação dos emigrantes ou sua intervenção nos contractos de trabalho, por forma a anular a acção nociva dos empregadores; a subordinação dos emigrados à tutela administrativa dos Cônsules; a prestação obrigatória de uma contribuição mínima para o Fundo de Emigração, como condição do reconhecimento do direito de protecção do Estado; e a criação de uma Escola Preparatória de Emigrantes, em que ingressassem os que não possuísem preparação cultural, num curto estágio, precedendo a sua saída do país e onde lhe seriam carinhosamente ministradas as noções que a cada um interessassem conforme a sua categoria e pontos a que se dirigissem.

O Fundo de Emigração, constituído pelas receitas especiais que lhe fôsem consignadas proveria à sustentação dos serviços de instrução e assistência aos emigrantes, tanto no país como no estrangeiro.

Não é inoportuno recordar a brilhante sugestão apresentada em 1929 no Grémio dos Açores pelo Sr. Comandante Vieira de Matos, numa conferência que ali realizou, desenvolvida depois numa entrevista que o mesmo concedeu ao jornal *A Voz*, publicada no número de 14 de Janeiro dêsse ano, versando a criação de uma instituição de carácter semi-official com estes fins.

Não só em vista das dificuldades do momento, resultantes das restrições que por toda a parte se estão estabelecendo para a emigração, mas considerando as circunstâncias de ordem geral que determinam a nossa corrente migratória, é de flagrante actualidade a velha ideia de se fazer desviar a nossa emigração para as nossas colónias ultramarinas.

O assunto tem a magnitude que provém da ne-

cessidade de valorizarmos êsses nossos extensos territórios para nos impormos no concerto internacional e de, ao mesmo tempo, fazermos beneficiar a economia do Império pela conjugação dos mercados metropolitano e coloniais.

A medida em que êste importante problema não tem tido as realizações adequadas encontra, porventura, explicações por demasiado conhecidas. Mas na base de quantas pretensas dificuldades se apresentam está a carência de um plano orgânico de colonização, superiormente comandado pela vontade energética de um Chefe.

Não é, porém, com as falsas ideologias de uma liberdade desagregadora que se realizam feitos que correspondam à grandeza dos povos.

A questão da emigração portuguesa para as suas colónias integra-se na concepção ideológica que condicione as actividades nacionais, sendo da superior orientação que a estas fôr dada que depende a viabilidade da sua solução.

Não se improvisam as condições económicas que permitam dirigir nesse sentido essa corrente.

Há a vencer ainda a lenda tenebrosa de uma África que só há menos de trinta anos foi ocupada eficazmente e pacificada.

É preciso também confessar que pouco ou nada tem sido feito para criar entre nós o espírito colonial, no sentido moderno, ministrando-se em todos os graus de ensino e especialmente no primário e secundário, quer preparatório, quer técnico, as noções que tornassem apreciada essa nossa missão de colonizadores.

A emigração para as Colónias deve oferecer um maior cuidado de organização, de preparação e de selecção do que a que se dirige para o estrangeiro, por muito que isto pareça paradoxal.

Neste ponto é preciso ter em atenção as condições específicas da economia de cada colónia e a circunstância de a regra geral ser de terem os colonos de criar desde o início as suas explorações.

O recrutamento do pessoal branco para as empresas existentes não representa dificuldades, áparte a da capacidade técnica pelas vantagens de remuneração que habitualmente oferecem.

Mas sendo estas em reduzido número o problema atinge o maior grau de interesse quando se trata da introdução de novos colonos que vão empreender pelos seus próprios meios o desenvolvimento das actividades coloniais.

Não encontrando ali, como acontece nos países já formados, trabalho por conta de outrem e tendo em consideração o obstáculo oposto pela mão de obra indígena, indispensável em muitos casos pela razão do clima, é óbvio que a massa dos emigrantes não procura êsse destino de incertos resultados e miragem pouco auspiciosa, justificando a ínfima percentagem dos que para ali se dirigem.

É, em primeiro lugar, a criação dos meios de trabalho que pode determinar a mudança de rumo dessa corrente; em segundo lugar, a propaganda eficaz nesse sentido, exercendo-se paralelamente ao desenvolvimento da primeira condição, através do ensino e da palavra escrita e falada, numa catequese perseverante.

Passaremos em revista sumária as condições principais da actividade colonial, visando especialmente o assunto proposto e circunscrevendo-nos às colónias africanas.

Excluindo as zonas tropicais próprias para as

grandes culturas e as explorações mineiras, só podendo utilizar a mão de obra indígena sob a direcção dos brancos, consideraremos apenas as zonas salubres, adaptáveis à colonização europeia.

Nestas zonas é preciso contar com a maior densidade demográfica da população indígena, resultante da própria natureza das culturas.

A base da colonização são os produtos do solo. O progresso consiste nos métodos de aperfeiçoamento de que resulte uma vantagem sobre o empirismo e inércia do trabalho indígena.

Há a considerar os productos da alimentação e os de exportação, ou de aplicação industrial.

As fazendas satisfazem talvez mais completamente o sistema da produção melhorada mas exigem uma sólida base técnica e financeira, não se podendo esperar delas que empreguem largamente pessoal branco senão na medida do indispensável.

Restrinjamo-nos à possibilidade da colonização agrícola por elementos brancos oriundos dessa formação mas desprovidos de recursos.

Diferentes tem sido as tentativas de a realizar por acção do Estado. O seu insucesso deve medir-se pela ausência do plano orgânico a que nos referimos, o qual deve aproximar-se mais das realidades do que das concepções grandiosas.

A questão põe-se na sua máxima simplicidade nos seguintes factos:

a) Interesse nacional (do Império) em dar ás colonias o desenvolvimento populacional, constituído por elementos úteis de trabalho, como base de progresso económico.

b) Existência de um número considerável de agricultores e trabalhadores rurais que não encontram trabalho ou meios de vida na metrópole.

As exigências deste grupo de individuos, que forma o grosso da nossa emigração, são mínimas, dados os nossos tradicionais hábitos e costumes. Nos paizes estrangeiros a que se destinam vão desempenhar, como está provado, quasi exclusivamente humildes mestères, tendo como compensação apenas o trabalho certo que encontram e do qual, findos largos esforços, conseguem ás vezes reunir pecúlio.

Oferecendo-se-lhes os meios de no seu próprio território, (as Colonias), sob a protecção amiga da sua bandeira, encontrarem o trabalho que lhes escasseia onde nasceram, dando-se-lhes a perspectiva real da posse de um bem que nunca possuiriam, não deve ser difícil, sob uma acção bem orientada, conseguir-se que os nossos bravos serranos e laboriosos cultivadores das planícies vão arvorar o pendão dos seus esforços nos ferazes planaltos africanos, conquistados pelo sangue e pela sabedoria dos nossos gloriosos antepassados.

Quanto é fácil o enunciado sentimental, que nos arrasta, por indole, para as ilusões, è-o menos uma execução raciocinada que não desconheça os métodos experimentais que a ciência aconselha.

O que não è possível, nem admissível, è que se deixem partir esses valiosos elementos da produção para uma incógnita ou para um mundo novo, ao azar da sua sorte.

O sistema de *comunidades* apresenta-se como o mais racional para este género de colonos. Do seu desenvolvimento nascerá o aldeamento, na base tradicional da *freguezia*, com os seus elementos primários de cultura intelectual e moral e a sua organização

administrativa facilitando a expansão dos mais aptos para as empresas individuais de maior envergadura.

Para o estabelecimento das *comunidades* exige-se que os Governos coloniais:

- 1.º Determinem as zonas;
- 2.º Façam desbravar os terrenos;
- 3.º Preparem as modestas instalações adequadas;
- 4.º Iniciem experimentalmente as culturas.

Estes trabalhos seriam cometidos a brigadas móveis, utilizando pessoal branco e instructores, dirigidas por especializados.

Os seus serviços seriam rigorosamente conjugados com as diretrizes impostas pela Secção Colonial do Instituto Nacional da Emigração e dentro dos recursos financeiros postos à sua disposição.

Os colonos destinados às comunidades sofreriam o estagio indispensável no Instituto e ser-lhes-iam facilitadas as passagens.

A posse das terras ser-lhes-ia dada e entregues as alfaias e sementes, formando-se a organização administrativa e ficando um instructor para os acompanhar no seu primeiro contacto com a nova terra e os adequados processos de cultura.

A diferença de método com relação a este processo, já preconizado por alguns colonialistas, consiste em não mandar os colonos fazer a exploração inicial.

Esta seria feita experimentalmente pelas Brigadas, as quais procurariam, em parte, a remuneração económica dos trabalhos da cultura, exceptuando as despesas de instalação, e de preparação dos terrenos, pela venda dos productos obtidos.

Isto diminuiria os encargos resultantes desses trabalhos preliminares da colonização.

Seria possível, assim estabelecer-se uma cadeia ininterrupta de realizações, bifurcando-se sucessivamente, isto é, desenvolvendo-se no tempo.

Supomos que não possa classificar-se de fantasia este método intuitivo de promover o trabalho nas regiões salubres das Colonias e designadamente na de Angola, dando-se destino seguro a uma parte importante dos nossos emigrantes.

Longe de uma msragem de fortunas fantásticas realizadas com maior ou menor esforço, esses colonos encontrariam o que lhes falta na sua terra, a alimentação, a habitação e o vestuário pelos processos com que o conseguiriam nas suas mesquinhas aldeias mas com a vantagem de trabalharem por sua própria conta e a perspectiva de melhorarem a sua situação.

Como consequência desse desenvolvimento da população branca, a função comercial e industrial encontraria o seu incremento, permitindo a canalização de outros emigrantes especializados para essas actividades.

Os centros urbanos, previamente designados no plano das localizações e das comunicações, coroariam essa obra eminente que nos garantiria o direito incontestável aos territórios que a cupidez alheia nos disputa.

O esforço dos portugueses seria ainda, uma vez mais, marcado porventura com o sangue das próprias entranhas, naquele símbolo admirável do Príncipe Perfeito.

A. DE M. E N.

DA IMPRENSA

ESTRAN- GEIRA

T R A N S

blica, sobre os destinos do nosso património colonial do Congo, devem os colonialistas nacionais tranquilisar o país.

Não esquecendo a sua qualidade de bons contabilistas dificilmente deixarão de constatar que, no decorrer dos últimos anos, a curva do desenvolvimento da nossa colónia, apresenta uma ascensão nítida e continua, cujo ritmo se acelerou notavelmente no período compreendido entre 1926 e 1929.

Ora depois de uma época de prosperidade exuberante, sentimos-nos hoje um tanto cansados e constatamos a conseqüente paratização dos negócios.

Este facto porém não se explica pela rápida expansão da colónia.

A interdependência económica de todos os países é tal, que a crise intensa que asoberba o mundo, nunca poderia deixar de atingir o nosso Congo.

Estamos em presença de uma crise mundial devida em parte á superprodução de matérias primas e produtos manufacturados, mas principalmente porque, países como a China, Índia, Rússia e Sibéria, que por si constituem um terço da totalidade dos habitantes do globo, não só deixaram de ser consumidores como também se transformaram — pelo menos alguns deles — em "produtores", e "vendedores", em condições de preço únicas na história e que são um desafio á consciência humana.

A crise mundial, que é acima de tudo, uma crise de matérias primas, veio atingir o nosso Congo, no período mais agudo do seu desenvolvimento económico, precisamente pela sua característica de produtor de matérias primas.

Ninguém ignora que aos quatro anos dolorosos da Grande Guerra sucedeu um período de readaptação e reconstrução em que os ganhos desordenados alternaram com as catástrofes. Nunca como então se viveu mais intensamente, numa febre de bem-estar tão generalizada e veemente que poucas épocas têm oferecido tamanho espectáculo de ascensões ou quedas súbitas e inesperadas.

Exacerbaram-se os nervos e a dura prova a que foram sujeitos os povos dos dois hemisférios ultrapassa a força moral de muitos.

Ao entusiasmo sucedeu-se então o desânimo e é ver como o seticismo envolve tudo e todos, no seio de um povo valoroso como o nosso.

Este seticismo desabusado abrange o nosso futuro económico e em especial o que respeita á nossa colónia.

A própria imprensa aceita e repete todos os rumores derrotistas, inspirada mais no espírito de partido e pela necessidade de denegrir do que animada do desejo de encontrar uma solução para o problema.

Uma análise da situação da nossa colónia é o que pretendo fazer perante homens d'acção, habituados a olhar os factos objectivamente e a pôr de parte os critérios menos razoáveis, para se poder avaliar até que ponto é verdadeira a afirmação de que o Congo é um mau negócio para o nosso país.

Em primeiro lugar, o sacrifício financeiro que a colónia impoz á metrópole desde a sua fundação não vai além de 80 milhões e meio de francos, atendendo a que as 5 anuidades de 15 milhões que o Tesouro Belga dispendeu de 1921 a 1925 serão recuperadas e a Bélgica não renunciará ao seu reembolso.

De resto a Carta Colonial que á data da doação da Colónia em 1908 foi estabelecida, determinou desde logo a separação imediata das finanças belgas e coloniais.

Dentro deste critério se organizaram os orçamentos dos vá-

rios exercícios que apresentam um deficit total de 56 milhões de francos-ouro aproximadamente, se convertermos nesta moeda a diferença entre as somas dos deficits e superavits de todos os anos económicos.

Constatando-se porém que só os 4 anos de guerra sobrecarregaram as finanças congolezas em 56.702.000 francos, chega-se facilmente á conclusão de que se ela se não tivesse dado, os orçamentos nunca apresentariam deficit.

Isto prova que, agora os 80 milhões adeantados pelo Estado Belga, o Governo do Congo, tem sabido solver os seus encargos á custa dos seus próprios recursos.

A dívida do Congo, ponto fraco da sua organização financeira, acha-se contrabalançada pelo rendimento da sua carteira de títulos a que a outorga de concessões deu lugar, pela participação do Estado do Congo, nos lucros das sociedades que as exploram.

As vantagens que a colónia trouxe para a Bélgica estão: na necessidade de uma burocracia que emprega milhares de belgas, a expensas das finanças da colónia; no fornecimento de matérias primas que originaram a criação de indústrias belgas, e num maior desenvolvimento do comércio belga que, no Congo, possui um consumidor constante até ao sacrificio.

E se a crise actual, de que aliaz enferma o mundo inteiro, trouxe uma depreciação para os valores coloniais não é menos certo que a organização económica se mantem, pois que de todas as entidades económicas empenhadas no desenvolvimento da colónia, apenas as empresas comerciais accusam um prejuizo.

Assim, logo que a situação mundial tenda á normalidade, o Congo retomará o curso também normal da sua marcha progressiva, com toda a facilidade. E a obra civilizadora que temos realizado há 40 anos é garantia de que a hora que passa, longe de ser um crepúsculo para a nossa colónia, é antes o alvor de dias melhores sobre o qual devemos fazer a afirmação da nossa fé.

O cruzador "República" no Cabo

O *Cape Argus*, jornal de Cape-Town, insere a fotografia do cruzador "República", e a do seu comandante, sr. capitão de fragata Correia da Silva (Paço de Arcos), citando, em honrosas palavras, alguns dados biográficos deste oficial, especialmente os que se referem á sua acção na guerra, no comando da pequena divisão naval que mantivemos em Cabo Verde, em contacto com a esquadra inglesa do comando do almirante Fremantle, e refere as recompensas com que o Governo inglês galardoou os serviços prestados pelo sr. comandante Correia da Silva durante a guerra.

Este official foi alvo das maiores atenções por parte do governador geral da África do Sul, conde de Clarendon, do almirante comandante da esquadra sul-africana e do general Hertzog, primeiro ministro da União, com quem teve uma demorada conferência, tendo o velho estadista "boer", recordado, ao sr. comandante Correia da Silva, o seu brilhante governo dos territórios da Companhia de Moçambique e a forma como, em 1926, dominou a greve revolucionária da Beira, que encheu de prestigio o seu nome, nos meios sul-africanos.

Do Século, 3 de Fevereiro de 1932.

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

EM todas as bases e cartas orgánicas das colónias se preceitua, que os Governadores coloniais farão um Relatório anual, da sua administração, ou pelo menos, apresentarão um Relatório no final do seu governo.

É uma medida justa, seguida por via de regra nos últimos tempos do antigo regimen, e em quasi todos, senão em todos, os países coloniais estrangeiros, França, Bélgica, Inglaterra, Holanda, etc.

Em alguns destes países, nomeadamente a Inglaterra, são estes relatórios apresentados ao Governo da metrópole, a base de toda a política e administração das colónias a que dizem respeito.

Por estes relatórios fica o Governo e o país habilitado a saber, tanto na parte respeitante á economia e finanças, como no que se refere á política e administração, negócios indígenas, estatísticas, etc., tudo o que desejam e precisam.

Os múltiplos problemas coloniais que entre nós se agitam, e poucos conhecem, ou são conhecidos dos raros apenas, como se dizia em linguagem nefelibata, constituem nos países mais adiantados o *a b c* da ciência colonial, cujas normas e directrizes se impõem, e ninguém ousa impugnar. Aceitam-se como verdades indiscutíveis, e passa-se adiante.

Para comprovar o nosso desleixo em matéria colonial, basta atentar no que tem acontecido em Angola, onde depois do Relatório de Paiva Couceiro, nada de conjunto se tem publicado, sobre aquela colónia, que valha a pena mencionar, com excepção da Tese do Senhor Coronel Vicente Ferreira, apresentado ao Congresso Colonial de Lisboa, quando ainda não era Alto Comissário, e do trabalho verdadeiramente exaustivo e já, hoje, clássico, das *Transferências do actual senhor Ministro das Colónias, que nunca governou Angola*.

E quantos Governadores e Altos Comissários não têm estado á frente da colónia de Angola, desde aquela remota data!

Se o Ministério das Colónias tivesse sido rigoroso no cumprimento dos seus deveres, como lhe cumpria, e obrigasse os seus subordinados a prestarem contas, em tempo devido, dos actos e medidas que adoptassem, e da razão porque o faziam, certos estamos de que metade dos desacertos e *gafes* cometidas, se teriam evitado, e outra, muito diferente, seria a nossa situação colonial presente.

Se esta lei se cumprisse, não haveria tantos candidatos e de tão baixa categoria, pretendentes aos lugares de Governadores Coloniais.

Antes de os solicitarem haviam de pensar duas vezes nos compromissos e responsabilidades que contraíam.

Assim sabendo-se de ante-mão ilibados e desobrigados de tão pesado encargo, porque as leis no nosso País têm sido feitas, por via de regra, para se não cumprirem ou então, para *inglês ver*, todos, á compita, se julgam habilitados para os mais altos destinos, e nenhum mais alto dentro de uma democracia de que representante do País numa das nossas mais importantes colónias. É preciso ser completamente obtuso para não ver isto.

Mas, por fortuna, nem tudo são sombras no quadro que estamos esboçando.

Alguns Governadores tem havido, já nomeados pela *Ditadura*, que fazem honra á nossa administração colonial, e sabem compreender os seus deveres.

Entre outros seja-nos lícito destacar o nosso querido Amigo Senhor Teófilo Duarte, que no seu Relatório sobre a colónia de Timor, ainda agora citado com louvor no concurso de literatura colonial, deu uma prova concludente do seu saber e aptidões para o desempenho de tão elevadas funções.

A colónia de Timor, depois da publicação deste Relatório, é um livro aberto, em que todos podem ler.

Quero crer que muitos outros Governadores terão apresen-

tado propostas ao Governo central e feito estudos interessantes sobre as colónias que administram.

Mas como não são publicados e jazem esquecidos nos arquivos ou repartições do Ministério de pouco ou nada servem.

E a luz de baixo do alqueire de que nos falam as Escrituras É certo que nem todos os Governadores dispõem dos meios de fortuna de que dispõe o Senhor Teófilo Duarte, para se aventurarem a publicar os seus Relatórios em que poderiam ficar arruinados.

O dinheiro escaceia por toda a parte, até mesmo nos Governadores coloniais.

Mas não é obrigatório publicarem os relatórios á sua custa, nem ninguém lhe exige esse sacrificio.

As Colónias respectivamente não se oporiam, de certo, a fazer essa publicação.

O que se pede pois, o que se exige, é que os relatórios sejam publicados, pelo Governador ou pela colónia, pouco importa.

O saudosos e grande colonial, General Ferreira de Andrade; quando governou Moçambique, publicou cinco grandes relatórios, que, apesar do tempo decorrido, e do grande impulso que tem sofrido a administração colonial ainda hoje se podem consultar com agrado e proveito!

Mas o Senhor General Ferreira de Andrade não se limitava á publicação dos seus Relatórios, obrigava também os governadores de distrito e chefes de serviço a fazer o mesmo — o que muito concorreu para que os negócios daquela colónia, durante o seu governo, adquirissem o impulso que adquiriram.

Mas basta por hoje.

Questões Coloniais

Obrigações impostas aos Governadores coloniais de escreverem um Relatório acerca do seu governo

Transcrito das «Novidades» de 3-2-932

Cereais das nossas Colónias

A Associação Comercial do Bié representou ao sr. Ministro das Colónias no sentido de ser dado nas alfândegas da Metrópole ao arroz em casca, ao descascado e ao centeio o mesmo tratamento que é dado ao trigo.

Afigura-se-nos inteiramente justa a pretensão da Associação Comercial do Bié, tanto mais que visa não só a resolver um problema delicado para a economia da Colónia, como ainda a lutar contra a lenda que de facto é a cultura do trigo de sequeiro em Angola.

O arroz e o centeio, ao contrário do trigo, são culturas fáceis para os indígenas e para os europeus, com mercado assegurado e caracteres que perfeitamente se harmonizam com a inversão de estações própria da África equatorial (calor no tempo das chuvas e seca no tempo frio).

De resto a produção do arroz tem aumentado de ano para ano, devendo só o Bié ter produzido em 1931 mais de dois milhões de quilos.

E como o Bié quantos milhares de hectares existem em Angola próprios para a cultura do arroz e do centeio! — culturas de que o indígena poderia lançar mão como meio fácil e rendoso de ocorrer ás suas necessidades e ao pagamento do imposto uma vez que a queda da cotação do milho tornou esta cultura pouco económica.

A protecção pedida é pois não só justa, mas necessária. E o sr. Ministro das Colónias, decerto, vai encarar o assunto com o cuidado e o bom senso que põe em todos os seus trabalhos.

“Semana das Colónias”

É o seguinte o programa da Semana das Colónias que vai de 13 a 20 do corrente:

Sábado, 13—Às 22,30 horas. Emissão de propaganda das colónias, anunciando a “Semana”, organizada pelo sr. dr. José Penha Garcia, com onda média, pelo Posto C. T. 1 A. A.

Domjngo, 14—Às 14 horas. Romagem ao túmulo de Camões e estátua de Afonso de Albuquerque. Às 15 horas. Visita ao Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial. Às 21,30 horas. Sessão solene consagrada à Exposição Colonial Internacional de Paris, com a assistência do sr. Presidente da República. (Com filmes).

Segunda-feira, 15—Às 15,30 horas. Conferência na Escola Nacional pelo sr. capitão Álvaro Afonso dos Santos. Às 21,30 horas. Conferência na Escola de Pedro Nunes pelo professor António Maurício. Às 21,30 horas. Conferência na Sociedade Geografia pelo sr. engenheiro Bacelar Bebbiano. “Aspectos Económicos do Arquipelago de Cabo Verde. (Com dispositivos).

Terça-feira, 16—Das 15 às 18 horas. Visita ao Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, com explicações dadas pelos alunos da Escola Superior Colonial. Às 21,30 horas. Conferência na Sociedade de Geografia pelo sr. major Costa Júnior, “Assistência e Educação Agrícola nas Colónias Portuguesas”, (Com filmes).

Quarta-feira, 17—Às 15 horas. Sessão cinematográfica no “Tivoli”, com filmes de assuntos coloniais. Às 17 horas. Conferência no Colégio Militar pelo sr. major Álvaro de Fontoura. Às 21,30 horas. Conferência na Sociedade de Geografia pelo professor sr. dr. Belesa dos Santos, “Problema do Degredo”, (Com filmes).

Quinta-feira, 18—Às 15 horas. Conferência na Casa Pia pelo professor José de Macedo. Às 15,30 horas. Visita à Escola de Medicina Trppical. Às 16 horas. Conferência no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho pela professora sr.ª D. Beatriz de Almeida. Às 17 horas. Conferência na sede da Cruzada das Mulheres Portuguesas pelo sr. Leal da Câmara. Às 21 horas. Conferência no Instituto Comercial pelo sr. tenente Gomes dos Santos. Às 21,30 horas. Conferência no Colégio Vasco da Gama pelo sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre. Visita ao Museu da Sociedade de Geografia. Passagem de filmes de assuntos coloniais, com explicação pelo sr. engenheiro-agrônomo Monteiro Grilo.

Sexta-feira, 19—Às 14 horas. Conferência na Escola Académica pelo sr. major Jacinto de Moura. Às 15 horas. Sessão no animatógrafo S. Luiz, com filmes de assuntos coloniais. Às 21,30 horas. Conferência na Sociedade de Geografia pelo sr. engenheiro Lisboa de Lima. “O aumento da riqueza pública nas colónias portuguesas”, (Com filmes vários). Às 22,30 horas. Alocação pelo sr. dr. José Penha Garcia, emitida pelo Posto C. T. 1 A. A., em onda curta, para o estrangeiro, em francês, inglês e alemão, sendo o tema “As Colónias Portuguesas”.

Sábado, 20—Às 11 horas. Conferência no Liceu D. João de Castro pelo professor Manuel Pinto Cardoso. Das 15 às 18. Visita ao Museu da Sociedade por alunos da Escola Superior Colonial. Às 21,30 horas. Conferência no Liceu Normal de Lisboa pelo professor Norberto Cardigos. Às 21,30 horas. Sessão solene de encerramento da “Semana das Colónias”, e distribuição de prémios aos alunos da Escola Superior Colonial, sob a presidência do sr. ministro das Colónias, proferindo a oração de sapiência o professor e engenheiro-agrônomo sr. Ilma Basto. (Filmes vários).

Dr. Francisco Machado

Em viagem de inspecção às dependências do Banco Nacional Ultramarino partiu no dia 14 do corrente para Lourenço Marques o nosso ilustre colaborador sr. dr. Francisco Vieira Machado

Estão na memória de todos os leitores da «Portugal Colonial» os notáveis trabalhos publicados por S. Ex.ª na nossa revista. Da sua visita recolherá de certo o nosso colaborador preciosos elementos de estudo, observando de perto problemas e questões que, de resto, lhe são familiares.

O sr. dr. Francisco Machado prometeu-nos uma assidua colaboração durante a sua viagem que, possivelmente, se estenderá até às colónias do Oriente.

Francisco Rodrigues de Sftau Monteiro

Faleceu no dia 3 dèste mês o sr. Francisco Rodrigues de Sftau Monteiro, secretário e irmão do Ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Monteiro.

É sempre doloroso e revoltante ver morrer um moço de 29 anos. Quando esse moço era como Francisco Monteiro uma alma gentilíssima que ia alcançar os 30 anos sem um ódio, sem um rancor, sem inimigos, a dureza do acontecimento é profundamente desesperadora.

Francisco Monteiro era, de facto, um dèsses homens raros que conseguíam viver sem ferir nem magoar ninguém, que podiam sorrir sem sarcasmo, amar sem reserva, e servir sem temores. Assim o conheceram os seus amigos íntimos, assim o compreenderam decerto todos os que no Ministério das Colónias com êle tratavam.

A *Portugal Colonial* que sentiu profundamente a morte de Francisco Monteiro e para quem o seu elogio é tão fácil e expontâneo como o seu sentimento, apresenta à família do extinto e em especial, ao sr. dr. Armindo Monteiro, as suas condolências.

Portugal comprou no estrangeiro, durante o ano de 1931, os seguintes produtos que as Colónias lhe podem fornecer:

Algodão em caroço, rama ou cardado.....	Contos	81.274
Algodão em fio	”	9.673
Lã	”	12.052
Gado vacum.....	”	3.380
Couros	”	7.588
Linho	”	1.248
Madeiras	”	7.420
Sementes oleaginosas	”	42.440
Óleo de palma em bruto.....	”	7.202
Tabaco	”	25.029
Adubos	”	4.912
Sêda (fio).....	”	15.146
Arroz.....	”	29.677
Cereais em grão (excepto milho e trigo).....	”	3.714
Feijão.....	”	1.309
Trigo em grão	”	47.597
Chá.....	”	19.097
Café.....	”	4.956
Total.....	”	323.694

É uma onda de oiro que o estrangeiro nos leva todos os anos.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês O PORTO DO LOBITO

A luta que se vem travando entre os portos do Lobito e de Matadi não pode ser uma surpresa para ninguém. Só a quem tivesse passado despercebido o esforço e os sacrifícios feitos pelos nossos amigos belgas poderia ser admitida a ingenuidade de supôr que a hegemonia económica do Lobito deixaria de provocar uma reacção por parte dos interesses ligados ao porto de Matadi.

Os belgas lutam pelo seu porto—o que é natural—numa luta contra todas as realidades económicas e cujas armas—pelo menos as exibidas até hoje—não são de molde nem a resistir nem a servir da forma mais conveniente uma Colónia que, como o Congo, está fundamentalmente condicionada pelo problema dos transportes.

Essa luta tem dois aspectos nítidos: Um que se verifica nas tarifas e nas complicadas combinações que por uma e outra via se estão fazendo em torno do preço e demora dos transportes—outro que se observa no próprio porto do Lobito, onde os interesses belgas a coberto e a descoberto, isto é, com o rótulo de nacionalidade ou sob a máscara de empresas portuguesas, tratam de tomar posições que os compensem com usura do que vão, fatalmente, perder em Matadi.

Somos francamente partidários duma política de

harmonia e de bom entendimento com os nossos vizinhos. É uma política que convem a portugueses e a belgas. Mas daí a contemplarmos impassivelmente a conquista pacífica dum ponto de estratégia económica da importância do Lobito, vai um abismo.

Exactamente porque é um grande porto, porque goza duma situação privilegiada, porque representa na economia de duas grandes colónias um papel de primeira ordem, é necessário e indispensável que a sua nacionalização seja profunda e que o domínio dos interesses e vantagens que oferece pertençam a portugueses e só a portugueses. E isso é tanto mais importante neste momento quanto é certo que o Lobito já é servido por uma Companhia de Caminho de Ferro que não é portuguesa, por várias companhias cujo capital também não é português—e por várias cubiças que, a satisfazerem-se, só contribuirão para desnacionalizar uma posição cujo valor é propriedade e direito de portugueses.

De resto é esta uma base que não prejudica nem contraria uma política de entendimento mútuo, de conjugação de interesses, de recíproco respeito pelos direitos de cada um.

H. G.

Notas do mês

A crise económica de Angola (Um empréstimo atinente a facilitar o movimento cambial)

Foi publicado o seguinte decreto:

Artigo 1.º É autorizado o Governo de Angola a contratar com o Banco de Angola a realização de um empréstimo em conta corrente até a quantia de 10.000 contos metropolitanos, destinado a fornecer coberturas que permitam a mobilização das cambiais e compromissos de entrega de cambiais que estejam em poder do Fundo Cambial e ofereçam boas garantias de cobrança.

Art. 2.º O empréstimo será utilizado em prestações quinzenais não superiores a 1.250 contos metropolitanos, para transferências sobre a metrópole.

§ único. O empréstimo de cada prestação será contraído por seis meses, contados da data da sua entrega efectiva; este prazo presume-se renovado se não houver denúncia por parte de qualquer dos contratantes, feita com a antecedência de quarenta dias.

Art. 3.º Para utilização das prestações quinzenais referidas no artigo antecedente entregará o Fundo Cambial ao Banco de Angola cambiais ou compromissos de entrega de cambiais que garantam o reembolso futuro em moeda metropolitana ou estrangeira, das quantias avançadas pelo Banco.

O Banco de Angola fica sub-rogado em todos os direitos que o Fundo Cambial tenha sobre as cambiais ou sobre compromissos

mencionados, entregues por este àquele para os fins referidos no presente artigo, continuando o Governo de Angola a garantir como originário devedor a boa liquidação das cambiais ou a satisfação dos compromissos.

Art. 4.º A utilização das prestações referidas far-se-á por rateio para coberturas das transferências a que se referem os n.ºs 2.º e 3.º do artigo 17.º do decreto n.º 19.773, de preferência destinadas a satisfazer compromissos anteriores à data dêsse decreto, reservando-se 15 por cento da parte aproveitada de cada prestação para pagamento de mesadas, preferindo as que respeitarem a estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino técnico e superior, e 5 por cento para tróco de notas em Lisboa a passageiros regressados de Angola, a efectuar pela sede do Banco de Angola.

§ único. A cada passageiro não poderá ser trocada a quantia superior a 500 angolares e, por conta da verba destinada a mesadas, não poderão ser transferidas, por cada indivíduo, salvo casos especiais que o Fundo Cambial apreciará, quantias superiores a 1.500 angolares.

Art. 5.º Pelas quantias adiantadas pelo Banco de Angola, em execução dos artigos anteriores, serão liquidados e pagos trimestralmente juros na razão de 6 por cento ao ano.

Art. 6.º Entre a compra e a venda das moedas do exterior e das cambiais estabelecer-se-á em Angola um "écart", tão próximo quanto possível do que o Banco de Portugal aplicar.

Art. 7.º São autorizados o Governo geral de Angola a celebrar os contratos necessários para a execução dêsse decreto, podendo o governador geral celebrá-los e assiná-los, por procurador bastante, em nome da colónia.

Art. 8.º É de cinco dias o prazo a decorrer entre a convo-

cação e a reunião da assembleia geral do Banco de Angola para as deliberações a que a matéria deste decreto der lugar. Não podendo a reunião realizar-se em primeira convocação, por falta de número de accionistas ou de capital suficiente, far-se-á dois dias depois, seja qual for a representação dos accionistas ou do capital.

Art. 9.º Fica revogada a legislação em contrário..

Escola Superior Colonial

Nos números 5 a 8 de 1931 do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, publicou o sr. João Rodrigues, actual secretário da Escola Superior Colonial e um dos mais devotados e entusiastas servidores deste estabelecimento de ensino, duas crónicas sobre a história, a evolução, o trabalho e a organização da Escola, crónicas que importa recomendar a todos que seguem com o interesse que merece a actividade e o futuro do nosso Instituto Colonial.

No seu trabalho o sr. João Rodrigues depois de historiar a vida da Escola desde a sua fundação em 1906 e pôr em problema claro e indiscutível o caso das regalias a conceder aos seus diplomados, defende a criação em Portugal duma Universidade Colonial e a necessidade de incluir nos nossos programas de instrução primária uma "Cartilha Colonial," ou "Leituras Coloniais.."

Agência Geral das Colónias (Serviços prestados no ano de 1931).

Durante o ano findo a Agência Geral das Colónias recebeu 2.382 cartas, bilhetes postais e officios, tendo expedido 2.907. Recebeu 56 telegramas e expediu 167.

Pela Agência foram feitas ao Ministro das Colónias 115 informações e propostas sobre vários assuntos que correram pelas suas secções.

Prestou ainda 657 informações por escrito sobre consultas que lhe foram formuladas, na sua maioria versando sobre colonização, regime aduaneiro, concessões de terrenos, comunicações, cinegética, trabalho indígena, etc., tendo sido 231 para o estrangeiro, 354 para a metrópole e 72 para as colónias sobre assuntos relativos a outras ou da metrópole. Verbalmente, o número de consultas atendidas foi sensivelmente igual ao do ano anterior, isto é, em número superior a 2.000.

Também foram fornecidos dados estatísticos a várias entidades oficiais e particulares, assim como, regularmente, aos governos das colónias foi expedida pelo telégrafo, a nota das cotações dos produtos tropicais na praça de Lisboa.

O movimento da sua Biblioteca foi de 926 leitores em todo o ano.

Por circunstâncias de ordem económica, de todos conhecidos, diminuiu o movimento de encomendas das colónias e a venda de publicações.

Em matéria de propaganda, o *Boletim da Agência Geral das Colónias* continuou a sua obra de difusão de assuntos de carácter colonial e consagrou o seu número de Dezembro à Exposição Colonial de Paris, onde se fez uma desenvolvida resenha do que foi o grande certame e dos resultados obtidos na comparticipação portuguesa.

Foram ainda fornecidos, pelo seu serviço de imprensa, ao Ministério e Governos coloniais recortes do que sobre as colónias publicaram os jornais portugueses e as referências feitas às mesmas na imprensa estrangeira.

Diversas

Pela pasta das Colónias foi publicado um decreto em que se determina o seguinte:

Artigo 1.º A área da zona de acção de cada fábrica de descaroçamento e prensagem de algodão compreenderá sempre todas as instalações para o seu funcionamento e será determinada de modo que a cada fábrica fique assegurado o abastecimento de algodão no carvão, correspondente à sua capacidade máxima de laboração, devendo tomar-se em consideração a densidade da população da região em que se acha instalada, a aptidão e interesse dos indígenas relativamente à cultura do algodoeiro e a capacidade de produção dos terrenos e outros factores correlativos. Em conformidade com as circunstâncias que ficam aqui mencionadas, cada fábrica exercerá a sua acção numa zona cuja maior dimensão pode ir até 120 quilómetros.

§ 1.º As zonas de acção das fábricas de descaroçamento e prensagem de algodão, cuja área foi determinada nos termos do

artigo 37.º do decreto n.º 11.994, de 28 de Julho de 1926, poderão ser agrupados ou alterados os seus limites actuais, de forma a poderem ser estabelecidas, em sua substituição, novas zonas de maior área, que deverá sempre ser determinada em harmonia com o preceituado neste artigo. Não poderá em caso algum a maior dimensão de cada uma das novas zonas exceder o limite ali fixado.

§ 2.º Todos os novos pedidos de zonas de secção das fábricas de descaroçamento e prensagem de algodão, ou a alteração dos limites de zonas que já tivessem sido determinadas nos termos do artigo 37.º do decreto n.º 11.994, só poderão ser atendidos, depois de serem informados pelos serviços de agricultura da colónia e terem sido cumpridas as restantes disposições aplicáveis do referido decreto n.º 11.994.

• A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro oficiou ao Ministério das Colónias pedindo que alguns pescadores portugueses que ali se encontram sejam mandados para a Colónia de Moçambique, a fim-de, nesta Colónia, exercerem a sua indústria.

• Foi aprovada, com o parecer favorável do Conselho Superior das Colónias, a proposta atinente a que a fiscalização do Governo se exerça junto das associações de beneficência do Ultramar.

• A Companhia do Niassa comunicou ao Ministério das Colónias que a sua assembleia geral tinha resolvido, por unanimidade, a sua dissolução e que se procedesse à sua liquidação em harmonia com a respectiva escritura, cujos termos noticiámos oportunamente.

• Foram mandadas tornar extensivas às nossas colónias as disposições que vigoram na metrópole sobre o tráfico e uso de estufacientes.

Cabo Verde

As pautas aduaneiras de importação na colónia de Cabo Verde foram objecto duma nova alteração, para conseguir a diminuição do custo de certos artigos e a protecção de outros, de fabrico nacional, que concorrem vantajosamente com iguais produtos estrangeiros.

Os artigos mais tributados foram a cerveja, tabacos, alguns tecidos e bebidas, com o fim de proteger iguais produtos de origem nacional.

A revisão das pautas de Cabo Verde, importação, teve parecer favorável duma comissão de cinco membros da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Berlvento.

• A companhia italiana do cabo submarino renovou o seu pedido para serem reduzidas as taxas de trânsito dos cabogramas por S. Vicente de Cabo Verde.

S. Tomé

Com o fundamento de que havia uma injusta restrição de liberdade do comércio nas ilhas de S. Tomé e Príncipe, o governo daquela Colónia publicou um diploma legislativo concedendo liberdade de comércio a nacionais e estrangeiros, devendo o seu exercício ser unicamente sujeito às prescrições dos regulamentos de contribuição industrial e licenças municipais.

• O Governador de S. Tomé e Príncipe modificou a organização do Conselho Disciplinar daquela Colónia.

• Em substituição da actual pauta privativa de importação da Comissão Municipal do Príncipe, o Governo da Colónia de S. Tomé e Príncipe, em portaria, fixou a percentagem adicional única de 15 % aos direitos de importação de todas as mercadorias entradas para consumo na ilha do Príncipe.

Angola

O Governo da Colónia de Angola abriu um crédito especial para ocorrer às despesas a fazer com colonização, no ano económico decorrente, na importância de 740.905,00 angolares.

Essa dotação foi assim distribuída: para remunerações certas a pessoal em exercício, 154.105,00 ang.; para remunerações acidentais, 6.600,00 ang.; outras despesas com pessoal, 52.200,00 ang. Despesas com material: construções e obras novas, 40.000,00 ang.; aquisição de animais, móveis e alfaias, 54.000,00 ang.; conservação e reparação de imóveis, semoventes e outros, 84.000,00 ang.; material de consumo corrente (expediente, combustível, etc.), 49.000,00 ang.; despesas de higiene e assistência a colonos, 16.000,00 ang. Subsídios, nos termos do Estatuto Orgânico dos serviços de colonização, aos colonos que constituem as missões "Oliveira Martins,, "Paiva Couceiro,, "Norton de Matos,, e "Lacerda e Almeida,, 285.000,00 ang.

• A Câmara Municipal de Lobito depôs o seu mandato em virtude de não concordar com a fixação feita das percentagens aos

impostos municipais a distribuir pelas alfândegas às Câmaras Municipais de Benguela, Bié e Móxico, conforme em tempo noticiámos, tendo a referida Câmara declarado que as suas receitas com aquela distribuição haviam sido cercadas em 70 por cento.

• Foi comunicado ao nosso Governo que o correio inglês da Rodésia, com destino à Europa, passa a ser feito pelo porto do Lobito.

• A Sociedade Agrícola do Cassequel está construindo em Catumbela um grande frigorífico com câmaras de refrigeração de carnes, peixes, hortaliças, ovos e frutas. Essa iniciativa beneficiará consideravelmente o aprovisionamento de frescos aos navios que frequentam o porto de Lobito.

• Foi posto em execução em Angola um novo código de Estradas, que compreende as tabelas de trânsito e licenças para condutores de veículos.

• O *Boletim Oficial de Angola* publicou em Dezembro último as contas de gerência do exercício compreendido entre 1929-30.

• O Governo de Angola concedeu, para construção duma instalação privativa, à Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda, um terreno e fundações dum prédio sito na Avenida de Salvador Correia da mesma cidade, onde o Estado iniciou em 1923 a construção dum edifício destinado aos serviços da marinha.

• Foi criado em Luanda, fazendo parte da Estação Agronómica local, um Laboratório de Patologia Vegetal e Entomologia.

Moçambique

O governo de Moçambique criou um fundo permanente para habilitar o director dos Serviços e Negócios Indígenas a socorrer indígenas pobres e inválidos; e aprovou o fundo de 3.356.470\$94 para os serviços de assistência indígena a toda a colónia, destinado na sua maior parte a melhoramentos nos hospitais e enfermarias para indígenas e serviços de combate à doença do sono nos distritos de Tete, Cabo Delgado e Niassa.

• A fim de facilitar o serviço telegráfico em Moçambique, vai ser estabelecido o sistema de uma taxa terminal uniforme para toda a colónia.

• O governo de Moçambique anulou 36 concessões e 35 sub-concessões de terrenos que haviam sido feitas a particulares pela Companhia do Niassa.

• Vão ser introduzidas várias alterações no regulamento de contribuição comercial e industrial de Moçambique.

• O Governo da Colónia de Moçambique distribuiu o seu fundo de Fomento relativo ao ano económico de 1931-32 na totalidade de 8.603 contos pela seguinte forma:

Distritos de Lourenço Marques, 1.682 contos; Inhambane, 861; Quelimane, 2.050; Tete, 631; Moçambique, 1.979; Dabo Delgado, 800 e Niassa, 600.

A maioria destas dotações destinam-se à construção e conclusão de escolas profissionais para indígenas.

• Para o fundo das estradas do distrito de Lourenço Marques foram destinados 1.892 contos, para o de Moçambique, 1.467 e para o de Niassa, 710.

• Um diploma determinou que a partir de Janeiro corrente as tarifas e taxas actualmente a cargo da Direcção dos Serviços dos Portos e Caminhos de Ferro passem a ser cobrados em escudos ouro, ao câmbio do dia.

• Foi criada uma estação central telegráfica na Beira (Moçambique) subordinada à Direcção dos Serviços Rádio-telegráficos e telefónicos.

• Teve lugar ao mês passado em Lourenço Marques a inauguração das ligações telefónicas da capital da Colónia de Moçambique directamente com as cidades de Pretória Joanesburgo, na União Sul-Africana. O acto, que se revestiu de acentuada solenidade, foi assinalado por conversações e troca de cumprimentos cordeais entre autoridades portuguesas e sul-africanas.

Índia

Foi autorizado o Governo do Estado da Índia a abrir créditos especiais, um de 5.000 rupias para fazer face aos encargos com o plano de demarcação e levantamento dos terrenos destinados à cultura do capim nos concelhos de Sanguém, Canácona, Quepém e Satari, e outro de 3.000 rupias para a construção de sete poços em Coteção.

• O câmbio da rupia (Índia Portuguesa) sobre Portugal foi fixado em 7\$95,1.

Timor

O governador de Timor pediu que enquanto não forem reorganizados todos os serviços daquela Colónia, os oficiais ali em comissão possam exercer os cargos de administradores de circunscrições civis, com o carácter de interino.

Macau

Vai ser extinto o Centro de Aviação em Macau, retirando no transporte "Gil Eanes", o material de aviação que se encontrava naquela Colónia, bem como o respectivo pessoal.

• O valor da pataca, para efeito de emissão de vales postais, foi fixado pela Repartição dos Correios e Telégrafos de Macau em escudos 7\$79.

Colónias e protectorados estrangeiros

União Sul-Africana

I) **Generalidades**—A União Sul-Africana foi constituída em 1910 por quatro colónias já existentes: colónia do Cabo, Orange River, Transvaal e Natal. Ocupa uma superfície de 1.923.579 km.² O Sudoeste africano que lhe fica contíguo e sobre o qual a Inglaterra exerce hoje um mandato em nome da S. D. N. tem uma superfície de 835.146 km.²

Na reorganização que se seguiu à Grande Guerra, o governo inglês concedeu à União Sul-Africana bem como a outras das suas colónias o "Estatuto dos Domínios", com um governo próprio.

Depois das deliberações da Conferência Imperial de Londres, em Outubro de 1926, foi-lhe reconhecida completa autonomia. A posição e as relações mútuas dos Domínios podem definir-se assim: "São comunidades autónomas do Império Britânico, iguais em direito, não subordinadas umas às outras no que diz respeito aos seus negócios interiores e exteriores ainda que unidas à Coroa por uma fidelidade comum; são livremente associadas como membros da Comunidade das Nações Britânicas.

O acto que concede à União nacionalidade e bandeira própria é de 1907.

A União é membro da S. D. N. e como tal exerce o mandato no Sudoeste africano que administra como uma das suas Províncias.

II) **População**—Pelo último recenseamento (1929), tinha uma população de 7.897.567 habitantes, dos quais 1.767.719 europeus e 6.129.848 de indígenas. As cidades mais importantes pelas quais se distribui a população são: Johannesburgo (988.151 habitantes), Capetown (212.997), Durban (146.310), Pretoria (74.052) e Port Elizabeth (52.298).

III) **Administração provincial**—Existe em cada Província um administrador e um concelho provincial que se ocupa da instrução primária, dos hospitais e das estradas.

IV) **Instrução**—É obrigatória até à idade de 14 anos e, em grande parte, gratuita. A União tem quatro Universidades, uma escola veterinária, três colégios agrícolas, duas escolas normais e várias escolas industriais e técnicas cujos encargos são quasi totalmente suportados pelo Governo. Nos grandes centros há liceus e em cada comuna há escolas primárias ou secundárias. As regiões de menos população também têm as suas escolas e meios de transporte para os alunos, por conta do Estado.

V) **Higiene e saúde pública**—Uma repartição especial do Estado administra a higiene e a saúde pública de acordo com as repartições locais que existem na maior parte das cidades.

VI) **Emigração**—É regulada pelos decretos n.º 22 de 1913 e n.º 8 de 1930. As Legações e Comissariados do Comércio fornecem cópias dos regulamentos a quem os solicitar.

VII) **Comércio, exportação e importação**—Em 1929 o valor total do comércio da U. S. A. era de £ 181.184.620 sendo £ 97.729.166 atribuídas à exportação e £ 83.455.454 atribuídas às importações.

Os principais produtos exportados foram o ouro (£ 44.916.612); a lã (£ 14.521.088); os diamantes (£ 12.073.738); o carvão (£ 1.832.249); peles e couros (£ 1.489.837). Também ocupam um lugar importante nas estatísticas de exportação os minérios, o milho e as frutas.

VIII) **Desenvolvimento agrícola**—Tem sido notável e constitui a grande esperança da economia da colónia. Uma política agrária e a difusão entre os agricultores da ideia cooperativista para os auxiliar e colocarem os seus produtos nos mercados, têm exercido grande influência sobre a produção.

A política do Governo para encorajar a agricultura é baseada na irrigação e muito auxiliada pelo desenvolvimento das indústrias minerais como grandes consumidores de produtos locais.

IX) **Riquezas minerais**—São muito grandes as riquezas minerais e as pesquisas a fazer têm ainda grandes probabilidades. O valor da produção mineral, em 1929, elevou-se a £ 60.903.038 nas quais o ouro participou em £ 43.982.119.

Os minerais produzidos na U. S. A. são: o ouro, o diamante, o carvão, o ferro, o cobre, o estanho, o arsénio, o antimónio, o bário, o bismuto, o crómio, cobalto, o chumbo, o mercúrio, o manganês, o níquel, a platina, a prata, o enxofre, o zinco, o rádio, etc.

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930		1931		
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Dezembro	Outubro	Novembro	Dezembro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.321	1.378	1.371	1.839

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Novembro de 1931 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Séde),	146.362	16.120.426	—	16.585.893	11.546.027	2.834.535
Banco do Comércio e Ultramar	398.047	1.207.527	65.727.830	78.150.913	24.072.343	54.109.792
Banco N. Ultramarino (Séde),	4.461.023	278.268	1.182.780	3.143.365	1.316.955	2.783.561

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos produtos Coloniais na praça de Lisboa no mês de Janeiro de 1932

MERCADORIAS	Em 10 de Janeiro		Em 20 de Janeiro		Em 30 de Janeiro		Unidades
	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda	
Cacau de S. Tomé fino	—	—	42\$00	45\$00	—	41\$50	15 q.
Café Cazengo (plantação)	—	94\$00	—	93\$00	—	—	»
Milho Luanda e Benguela	—	—	—	\$69	—	\$68	1 quilo
Milho da Beira s/ vagão	\$80	—	—	—	\$85	—	»
Algodão Angola	6\$20	—	6\$00	—	—	—	»
Coconote Angola	17\$00	—	17\$00	—	—	—	15 q.
Coconote S. Tomé	18\$00	—	18\$00	—	—	—	»
Oleo de palma Zaire	22\$00	—	22\$00	—	—	—	»
Oleo de palma S. Tomé	25\$00	—	25\$00	—	—	—	»
Copra S. Tomé	20\$00	—	20\$00	—	—	—	»
Gergelim	19\$00	—	19\$00	—	—	—	»
Ricino S. Tomé	16\$00	—	16\$00	—	—	—	»
Cera Angola	—	—	—	9\$30	—	8\$30	1 quilo
Couros secos Angola	8\$00	—	—	—	—	—	»
Café Novo Redondo	—	—	—	95\$00	—	—	15 q.
Café S. Tomé, Liberia despachado	—	—	—	—	—	—	—
Café Ambriz	—	95\$00	—	93\$00	—	—	15 q.
Trigo Benguela	—	—	—	—	—	—	—

A. Ferreira



EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa em 1931

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro
Reexportação :				
Cacau	2.806.742	15.902.124	5.166.498\$00	37.190.341\$00
Café	1.047.552	5.518.218	3.405.495\$00	15.844.539\$00
Cêra	217.446	509.474	1.563.794\$00	3.902.168\$00
Outras mercadorias	933.763	4.313.024	886.456\$00	4.456.258\$00
Total	5.005.503	26.242.840	11.022.243\$00	61.393.306\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	45.011	—	120.884\$00
Café	1.388.198	4.643.425	3.473.450\$00	13.360.209\$00
Cêra	23.506	732.912	307.100\$00	6.428.918\$00
Óleos de palma e côco	38.752	582.247	17.000\$00	875.424\$00
Outras mercadorias	910.309	8.151.049	433.950\$00	12.438.810\$00
Total	2.360.765	14.154.644	4.231.500\$00	33.224.245\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Dezembro de 1931

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	127.439	115	417.207	37.729	—	—
Açúcar	14.921.944	10.179	69	52.110.070	14	—
Café	3.260.962	41.641	353	626	223.217	755
Trigo em grão	5.077.122	—	—	—	—	—
Peles em bruto	588.661	24.835	151.977	16.027	1.038	915
Algodão em caroço, rama ou cardado	639.605	—	—	146.307	—	—
Sementes oleaginosas	6.426.180	2.793.025	17.716.936	252.112	3.880.677	—
Milho (1)	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	11.882	768	549	15.733	242	1.517
» comuns tintos (decalitros)	614.178	26.803	55.915	404.607	59.258	15.720
» » brancos (decalitros)	126.845	3.720	5.331	352.217	7.366	2.746
» licorosos	10.999	877	478	3.736	407	14.340
Conservas de vegetais	165.664	10.040	16.762	212.230	15.684	15.505
Sardinhas em salmoura	2.160	107	248	2.064	293	—
Conservas de sardinha	53.655	4.687	11.282	204.134	7.797	4.727
Cortiça em rolhas	781	198	148	2.124	116	144
Tecidos de algodão (2)	—	—	—	—	—	—

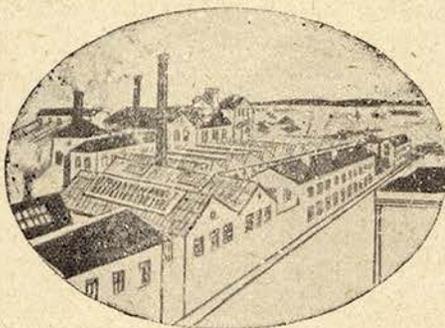
(1) Importaram-se de tôdas as colónias (especialmente de Angola) 38.369.352 quilogramas, no valor de 19.713.639\$00 escudos.

(2) A exportação para tôdas as nossas colónias atingiu: 687.726 quilogramas no valor de 12.679.187\$00 escudos.

Do Boletim da D. G. E.

FABRICA DA BORRACHA LUSO-BELGA

Victor C. Cordier, L.^{da}



Escritório e Fabrica :

Rua do Assucar — ao Beato — LISBOA

Depósitos :

LISBOA — Rua da Prata, 275 e 277

PORTO — Rua das Flores, 136

Telefones :

LISBOA — PB. 23-2 5459

PORTO — 669

Alguns dos artigos manipulados
na Fabrica de Borracha Luso-Belga:

Tubos e chupadores para todas as
aplicações industriais.

Dissolução de borracha em latas e
bisnagas para varias aplicações.

Telas impermeaveis para copiadores
e oleados para camas.

Tapetes estriados, bico diamante e
outros desenhos.

Correias de algodão-borracha para
transmissões e transporte (especial-
mente minerios).

Peras para businas e cirurgicas.

Almofadas d'ar, sacos para agua-
quente e gelo, bidets e banheiras,
tapetes para casas de banho etc., etc.

Solas e tacões de borracha, molda-
dos em todos os modelos.

Bolas de borracha em todos os ta-
manhos e brinquedos.

Manufactura geral de todos os arti-
gos de borracha flexivel e ebonite,
mediante molde, amostra ou dese-
nho.



**Os Vernizes
e Secantes
da marca Es-
trela são os
* melhores ***

Devem ser preferidos por serem nacionais e rivalisarem
com os melhores estrangeiros em preço e em qualidade

A' VENDA EM TODAS AS DROGARIAS

LISBOA — PORTUGAL

UM ACONTECIMENTO LITERÁRIO

Acaba de ser posto à venda um novo livro de Virginia Victorino

“DEGREDDADOS”

*a notável obra prima do teatro português que tão
discutida e apreciada foi e cuja acção decorre em
grande parte em Angola*

à venda em todas as livrarias

Brochado 10\$00; encadernado percalina 15\$00;
encadernado em pele 25\$00

Parceria Antonio Maria Pereira

LISBOA

PORTUGAL COLONIAL

Companhia de Moçambique

Território de Manica e Sofala

Capital - Beira

Superfície - 13.482.000 Hectares

Esta Companhia obteve na Exposição de Paris as seguintes recompensas:

GRAND-PRIX	6
DIPLOMAS DE HONRA.....	5
MEDALHAS DE OURO.....	6
MEDALHAS DE PRATA.....	4

Além dessas recompensas foram também conferidos, a outros expositores do Território, 1 "Grand-Prix," 2 diplomas de honra, 5 medalhas de ouro e 4 medalhas de prata.

Para informações :

LISBOA

BEIRA

Largo da Biblioteca, 10

Secretaria Geral do Governo do Território

BANCO DE ANGOLA

(Banco Emissor da Colónia de Angola)

SEDE - RUA DA PRATA, 10

CAPITAL: 60.000.000\$00

FILIAL EM LUANDA

AGÊNCIAS:

BENGUELA,

LOBITO,

MOSSAMEDES,

NOVA LISBOA,

NOVO REDONDO,

VILA SILVA PORTO,

SÁ DA BANDEIRA,

MALANGE,

SANTO ANTÓNIO DO ZAIRE,

LEOPOLDVILLE (CONGO BELGA)

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. *SULANGOLA*

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mos-

sâmedes—Praia Amélia, Pôrto

Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas, e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau,

S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français

25, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de ga-

dos—Explorações agrícolas

—Instalações no *Lubango,*

Tchipa, Ediva, Palanca, Culue-

que e Tchifito

Companhia do Papel do Prado

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Capital acções 7.000.000\$00

SEDE EM LISBOA:

Direcção—Escritórios:

Rua dos Fanqueiros, 278, 2.º

Telefone: A. 2 2331

Depósito:

Rua dos Fanqueiros, 270 a 276

Telefone: A. 2 2332—Telegramas: PELPRADO

Proprietária das Fábricas do:

Prado, Marianaia, Sobreirinho (Tomar), Penedo, Casal d'Ermio (Lousã) e Vale Maior (Albergaria-a-Velha)

Instaladas para uma produção anual de Oito Milhões de Kilos de papel e dispondo do smaquinismos mais aperfeiçoados para a sua indústria. Têm em depósito grande variedade de papeis de escrita, de impressão e de embrulho. Toma e executa prontamente encomendas para fabricações especiais, de qualquer quantidade de papel de máquina contínua ou redonda e de forma

TELEGRAMAS VALADEIRO

AMIANTO
BORRACHA
CORREIAS
ÓLEOS

SÊDAS SUISSAS PARA PENEIROS

Marca DUFOUR

PNEUMÁTICOS DAS MELHORES MARCAS
PARA AUTOMÓVEIS

PUADOS BELGAS PARA CARDAS

Cartão «KLINGERIT» - Vidros «KLINGER»

Valadas, L.^{da}

Escritório { C. do Marquês d'Abrantes, 1 a 5
Telefones: P B X 2 1224-2 1225 }
Armazem { C. do Marquês d'Abrantes 27, 29 e 31 } LISBOA
{ Av. Presidente Wilson, 68, 70 e 72 }

FILIAIS { Porto — Rua Mousinho da Silveira, 73, 75 e 77-Telefone 739
{ Covilhã — Rua Visconde da Coriscada, 31 e 33-Telefone 103

Palhares & Palhares, L.^{da}

Campo das Cebolas, 11 e 10-A
LISBOA

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

AGENTES EXCLUSIVOS PARA TODA
A ÁFRICA OCIDENTAL, GUINÉ E ILHAS DA:
Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos
do Porto — Antiga Casa Ferreirinha.
Sociedade Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas.
A Alumina, Ltd. — (Fábrica de Louça de Alu-
minio marca «Trevo».)
Adolfo Heiderhoff.
Joahennes Schuback & Sohnuç.
Comptoir des Chaux et Ciments du Tournais.

REPRESENTANTES EM:

GUINÉ — J. Neves & C.^a
LUANDA — Pinho & Arvelo
AMBRIZ — J. da Silva e Cunha
BENGUELA — A. Santos Lima
MOSSAMEDES — Lúcio Lopes dos Reis

USE

MURALINE

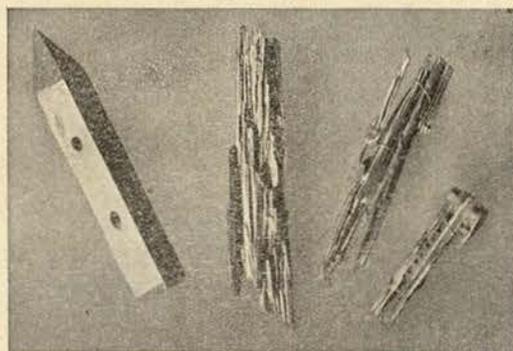
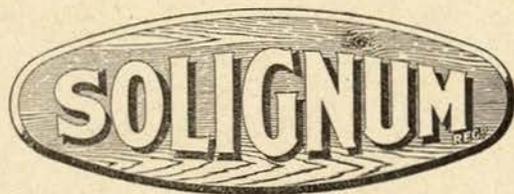
NA PINTURA
DA SUA CASA

Pois é a melhor
pintura a água

Mário Costa & C.^a, L.^{da}

RUA DO ALMADA, 30, 1.^o

— — —:PORTO:— — —



O MELHOR PRESERVATIVO DA MADEIRA

EVITA OS ESTRAGOS POR TODA A ESPECIE
DE INSECTOS E OS EFEITOS DO TEMPO

ÚNICOS IMPORTADORES

ROBINSON, BARDSLEY & Co. Ltd.

CAIS DO SODRÉ, 8, 1.^o — LISBOA

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9 000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6 000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA.....	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE.....	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS.....	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE.....	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85
PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 92